

RESOLUÇÃO CEPE Nº 039, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO, DA UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO o expediente protocolado sob nº 14.320 de 23.08.2016, que foi analisado pela Câmara de Graduação, através do Parecer deste Conselho nº 097/2016;

CONSIDERANDO a aprovação plenária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, datada de 13.12.2016, eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

- Art. 1º Fica aprovado o Novo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, na conformidade do **Anexo**, que passa a integrar este ato legal.
- Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.
- Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
REITOR.

PROJETO PEDAGÓGICO – BACHARELADO

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

1.2 CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Criado pela Resolução		de			
Reconhecido pelo(a) (Decreto ou Portaria MEC)	50.355	de	18	Março	1961
Publicado no Diário Oficial da União	67	de	23	Março	1961
Currículo atual aprovado pela Resolução	175	de	25	Agosto	2009
Decreto de renovação de reconhecimento	2039	de	20	Julho	2011
Publicado no Diário Oficial da União	8511	de	20	Julho	2011

1.3 TÍTULO (grau) DE: BACHAREL EM DIREITO

1.4 CARGA HORÁRIA:

	HORAS
Formação Básica Geral	561
Formação Específica Profissional	2771
Diversificação ou Aprofundamento	204
Estágio Curricular Supervisionado	340
Atividades Complementares	250

1.5 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 4.126 horas

1.6 DURAÇÃO:

Mínima: 5 (cinco) anos

Máxima: 8 (oito) anos

1.7 TURNO DE OFERTA

x	Matutino
	Integral

	Vespertino
x	Noturno

1.8 LOCAL DE FUNCIONAMENTO

- Campus Central - Ponta Grossa
 Campus em Uvaranas - Ponta Grossa
 Campus _____

1.9 REGIME - Seriado Anual (X)

Semestral ()

1.10 NÚMERO ATUAL DE VAGAS

Vestibular de Inverno	56
Vestibular de Verão	56
Processo Seletivo Seriado - PSS	38
<hr/> Total de Vagas	150

1.11 CONDIÇÕES DE INGRESSO

- Concurso vestibular
 Processo Seletivo Seriado (PSS)
 Transferência
 Outra (qual) -

1.12 PERCENTUAL CANDIDATO/VAGA NOS TRÊS ÚLTIMOS CONCURSOS VESTIBULARES

ANO	TURNO	CAMPUS	VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES	CANDIDATO/VAGA
PSS III - 2015	M/N	Central	38	413	10,868
2015 – V	M/N	Central	56	1211	21,625
2015 – I	M/N	Central	56	1398	24,964

1.13 LEGISLAÇÃO BÁSICA

- Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.
- Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.
- Parecer CNE/CES nº 55, de 18 de fevereiro de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.
- Parecer CNE/CES nº 211, de 8 de julho de 2004. Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.
- Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009. Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.
- Parecer CNE/CES nº 362/2011, aprovado em 1º de setembro de 2011. Solicitação para que seja verificada a possibilidade de se aperfeiçoar a redação do art. 7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica.
- Parecer CNE/CES nº 150/2013, aprovado em 5 de junho de 2013. Revisão do Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
- Resolução UNIV nº 01 de 4 de maio de 2012, que homologou a Portaria R. nº 468, de 20 de dezembro de 2011 que aprovou as normais gerais para elaboração e análise de propostas de Novos Currículos e/ou Adequação Curricular dos Cursos Superiores de Graduação Presencial e a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e revogou as disposições em contrário.
- Resolução CEPE nº 104, de 02 de junho de 2009 que aprovou regulamento de disciplinas de diversificação e aprofundamento aos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Resolução CEPE nº 021 de 5 de abril de 2011, que aprovou o regulamento geral dos trabalhos de conclusão de curso – TCC dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Resolução CEPE nº 056 de 24 de março de 2009, que aprovou o regulamento geral de estágios curriculares dos cursos de graduação e cursos superiores de formação específica, presenciais e a distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Resolução CEPE nº 015, de 15 de abril de 2014, que aprova Resolução pertinente à inclusão da disciplina de Libras para os Cursos de Graduação Bacharelado em vigor e a obrigatoriedade de conteúdos sobre Educação Ambiental a todos os cursos de Graduação vigentes na UEPG.
- Deliberação CEE/PR nº 2, de 13 de março de 2015, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

1.14 Resultados da Avaliação do Curso:

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Forças / Potencialidades Atualmente está sendo elaborado o novo Projeto Pedagógico de Curso que está levando em consideração as necessidades regionais, porém pela diversidade de professores que estão cursando programas de Doutorado e Mestrado em outros centros Universitários principalmente no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, os debates estão levando a construção de um Projeto Pedagógico moderno e mais avançando.

Fragilidades / Pontos que requerem melhoria Um dos pontos que o curso deve melhorar diz respeito ao Estágio Curricular Obrigatório e a Utilização de Novas Tecnologias de Informação, tendo em vista que atualmente o estágio está sendo ofertado apenas nas áreas de Família e Criminal, não podendo ser ampliado pelo número reduzido de advogados no NPJ, havendo a necessidade de modernizar o PPC para que nas atividades de estágio os acadêmicos tenham acesso a todos a outras áreas que utilizam-se de programas e processos virtuais, a exemplo do que ocorre na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, devendo os acadêmicos terem acesso a esta nova tecnologia em sala de aula. A também a necessidade de melhorar os processos internos de avaliação do curso de direito.

CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Forças / Potencialidades A capacitação do corpo docente nos últimos anos é um elemento que deve contribuir muito para processo de aperfeiçoamento do curso nos próximos anos.

PARECER FINAL

O Curso de Direito da UEPG ganhou destaque nos últimos anos no cenário Estadual e Nacional devido a um processo de inovação e aperfeiçoamento na sua qualidade de ensino, comprovado através de diversas certificações externas, a exemplo do Selo OAB Recomenda outorgado apenas a 7,04% IES em todo país, decorrente do excelente percentual de aprovação no exame da OAB que superou aos 80% em relação aos Formandos de 2012, além de expressivos resultados obtidos em diversos concursos Públicos, sendo que a maioria absoluta dos Juízes, Promotores, Delegados da região são egressos da UEPG. O MEC através do ENADE 2012 veio a homologar tais resultados com a obtenção da nota 5. Na parte acadêmica o destaque fica com as aprovações em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu dentro e fora do país de egressos e professores, fator relevante para o aumento da produção científica e continuidade do processo de qualificação do curso. O Curso de Direito da UEPG vem ampliando os projetos destinados à capacitação dos docentes, a produção de pesquisa e atividades de extensão, voltados ao desenvolvimento social da região. A capacitação dos docentes está entre os principais projetos do curso, sendo que atualmente 11 professores cursam programas de Doutorado, visando além da melhoria da qualidade do ensino de graduação a implantação de pós-graduação stricto sensu. A inserção de professores e alunos em projetos de extensão e pesquisa referentes a questões relevantes em nossa cidade, a exemplo do NEVICOM projeto 29 pioneiro no país que desenvolve trabalhos com os autores de

Violência Doméstica, o Projeto APAC que está auxiliando na implantação de um Modelo Penitenciário inovador em nosso Estado, atividades que contam com a efetiva participação acadêmica assim como a parceria de diversos órgãos públicos, criando à cultura de formar operadores do direito vinculados as questões sociais. Considerando-se os resultados do processo avaliativo apresentados neste relatório e os conceitos obtidos nas dimensões organização didático-pedagógico (4,16), corpo docente e tutorial (4,23), infraestrutura (3,50) o curso obteve o conceito final 3,98, o qual corresponde ao critério (BOM).

2 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 - O CURSO, SUAS FINALIDADES e CAMPO DE ATUAÇÃO

O Curso de Direito da UEPG apresenta hoje uma formação completa.

Assim, com o Curso de Direito, de maneira bastante especial, buscamos cada vez mais preparar profissionais do Direito preocupados com a verdadeira cidadania, pois a universidade é o lugar da universalidade.

Desta forma, a Educação Jurídica por nós ofertada se faz através de aulas teóricas e práticas, estudos em grupos orientados por um docente, palestras, debates, seminários, pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e de campo, projeto de ensino, pesquisa e extensão. Busca-se alcançar, o conjunto temático, a estrutura sistemática e coerente de reflexão, reanálise ou complementação dos fenômenos jurídicos que possam ser apresentados em equações passadas ou sob outros enfoques.

Os alunos devem aprender a pensar não só com recursos dogmáticos, mas também com recursos interdisciplinares, uma vez que atualmente o profissional do direito está sendo solicitado para atuar em áreas como arbitragem, consultoria empresarial, assessoria política e também em organizações não governamentais relacionadas ao meio ambiente, aos direitos humanos, à educação e a proteção ao consumidor.

Assim sendo, nossos currículos hoje precisam ser flexíveis, que permitam a convivência harmônica da formação dogmática com a responsabilidade social.

Nossos alunos devem e são orientados individualmente pelos docentes durante todo o curso, para que ao buscarem linhas de pesquisa para o estudo, possam passar desde os clássicos até os mais radicais e críticos, permitindo assim que eles próprios encontrem seus paradigmas.

A relação teoria/prática em nosso Curso, não tende para nenhum dos lados, busca-se hoje um equilíbrio, a fim de que os alunos possam receber o conhecimento na mesma medida em que poderão vivenciá-la nos mais variados campos de estágio que lhe são propostos.

Persequimos um ensino crítico e reflexivo e não apenas repetitivo, para fazer com que nosso aluno se comprometa com os problemas da realidade de sua comunidade.

Desafiamos a criatividade do nosso aluno, motivando e cobrando dos mesmos uma efetiva participação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao desempenho do acadêmico nas disciplinas as formas de avaliação são apresentadas pelos professores no início de cada ano letivo ao Colegiado de Curso de Direito que após análise submete aos membros do Colegiado para aprovação.

Hoje, está claro em nosso Curso que devemos avaliá-los de forma mais diversificada possível.

Em relação a avaliação do rendimento escolar o curso segue as disposições regimentais da IES.

O campo de atuação do nosso curso de direito se reflete na formação de bacharéis em direito, aptos para o exercício da Advocacia, Magistratura, para atuar como Promotores de Justiça, Procuradores, Delegados de Polícia, Docentes, Diplomatas, Assessores, Consultores enfim, operadores do Direito aptos a viabilizarem a solução de demandas e aplicar a justiça, bem como para contribuírem para a formação e organização de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Com um currículo flexível, permeável e receptivo ao surgimento de novas disciplinas e aberto ao aparecimento de atividades complementares, o graduando tem à sua disposição um elenco de opções para sua formação.

Através dessas aberturas curriculares esse aluno poderá ir identificando, durante a graduação, aquelas áreas, com as quais têm mais afinidade, e para as quais sente que produz melhor, desenvolvendo raciocínios ajustados as áreas escolhidas, assim como vai apurando seu senso crítico e seletivo.

O currículo enseja ainda uma certa iniciação científica, através das disciplinas obrigatórias como Metodologia da Pesquisa Jurídica, que aparece já na 1ª série do curso, como disciplina instrumental e preparatória, para a disciplina Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Na estrutura curricular é possível verificar que o acadêmico obtém formação básica sólida, podendo ainda iniciar processo de aprimoramento em áreas específicas através da escolha das disciplinas eletivas.

2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES BÁSICAS EXIGIDAS PARA O PROFISSIONAL

Segundo as orientações da LDB e da Resolução CNE/CES nº 9/2004 que institui as diretrizes curriculares nacionais o curso de bacharelado em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências: leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; interpretação e aplicação do Direito; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisões e domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL

Espera-se do profissional oriundo do curso de bacharelado em direito da UEPG que seja capaz de compreender e refletir a respeito de todos os fatos juridicamente relevantes,

extraíndo de cada atuação uma nova experiência e deve ter sobre tudo moral, ética e dedicação ao trabalho honesto para que seja exemplo de honra e integridade.

Como interprete da norma e pesquisador de novas formas de resolução dos conflitos; não deve limitar-se à aplicação repetida do texto legal aos casos.

Para que nossos discentes possam adquirir essas habilidades e formar este perfil desenvolvemos em nosso Curso de Direito determinadas atividades acadêmicas, que discorreremos sucintamente.

A metodologia utilizada no Curso de Direito da UEPG está voltada para oferecer aos discentes o desenvolvimento destas habilidades, pela leitura de obras doutrinárias, a compilação de jurisprudências, elaboração de resenhas, fichas de leitura, pappers, participação em seminários e debates em sala de aula.

Os projetos de ensino, como complemento das atividades de sala de aula; de pesquisa para descoberta de possíveis soluções aos problemas sociais que se apresentam, para gerar novos conhecimentos e formar recursos humanos e projetos de extensão, onde estabelecemos as relações entre ensino e pesquisa com as necessidades da sociedade, realimentam e avaliam o ensino e a pesquisa, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares e a sistematização do conhecimento produzido, capacitam os acadêmicos diante das exigências mais características do mercado de trabalho, adequando sua formação profissional às necessidades sociais, além de desenvolver outras habilidades, relativas à produção criativa, pesquisa e utilização de leis, doutrina, jurisprudência, reflexão crítica e outras.

A realização de júris simulados com a participação dos discentes, contribui para as habilidades conhecidas como de argumentação, persuasão e raciocínio lógico.

A elaboração das monografias propicia o desenvolvimento de outras habilidades já mencionadas.

Os estágios, tanto curriculares como voluntários também aprimoram o conhecimento prático do futuro profissional.

Ressalte-se ainda que temos representação discente em todos os órgãos que fazem parte do Curso de Direito (Setor de Ciências Jurídicas, Colegiado de Curso e Departamentos).

Isso evidencia nossa preocupação em mantermos com o corpo discente uma perfeita harmonia e integração, para que possamos cada vez mais atender os reclamos da comunidade acadêmica.

Ainda no que se refere ao corpo discente do Curso de Direito da UEPG, gostaríamos de destacar o programa de bolsas para os projetos de iniciação Científica, projetos de extensão e monitorias.

Estes programas de bolsas buscam também motivar os discentes à participação em atividades extraclasse.

A formação profissional pretendida aponta, portanto, para uma qualificação intelectual ampla, gerando sólida base de formação teórica e prática, onde o conhecimento esteja contextualizado historicamente e conectado com o ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, a fim de que nossos egressos tenham uma visão globalizada, aptos à enfrentar aos contínuos desafios e transformações sociais.

2.4 PERFIL DO FORMADOR

O corpo docente é formado por professores mestres e doutores, em diversas áreas de conhecimento tendo como campo principal a área do Direito. Os docentes são incentivados a realizarem atividades extensionistas e de pesquisa. Quase a totalidade de professores possuem 40h de regime de trabalho sendo que uma grande parcela com dedicação exclusiva.

O docente do Curso de Direito dispõe de conhecimentos e habilidades pedagógicas que vem sido obtidas e aperfeiçoadas mediante leituras e orientações específicas ao longo dos tempos tais como: inteligência abstrata, inteligência verbal, observação, raciocínio lógico, precisão de raciocínio, imaginação, associação, orientação, coordenação e crítica. Todos os nossos professores apresentam capacidade de estabelecer relações entre o que ocorre em sala de aula com processos e estruturas mais amplas. Isto implica a análise dos objetivos a que se propõe o ensino universitário brasileiro, bem como dos problemas que interferem em sua concretização.

2.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR APROVADO PELA INSTITUIÇÃO

AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

(a partir de 1º de janeiro de 1999) Resolução UNIV nº 39/1998

A avaliação do rendimento escolar do acadêmico compreende:

- a) apuração da frequência às aulas;
- b) verificação da aprendizagem do acadêmico.

A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, obtiver o mínimo de 75% de frequência às aulas.

A verificação da aprendizagem em cada disciplina será realizada através de instrumentos como provas orais, escritas e práticas, exercícios de aplicação, pesquisa, trabalhos práticos e outros previstos no respectivo SISTEMA de AVALIAÇÃO da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso, aos quais serão atribuídas notas.

Para fins de verificação da aprendizagem as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores do intervalo de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal.

O resultado da avaliação da aprendizagem será calculado através das notas:

- a) de duas (02) verificações bimestrais e do exame final, quando couber, nas disciplinas ofertadas durante meio ano letivo;
- b) de duas (02) verificações semestrais e do exame final, quando couber, das disciplinas ofertadas durante todo o ano letivo.

Ficará dispensado do exame final na disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), obtida pela média aritmética simples das duas verificações, que será considerada como nota final de aprovação na disciplina, a saber:

- a) das duas (02) verificações bimestrais, quando se tratar de disciplina de meio ano letivo;
- b) das duas (02) verificações semestrais quando se tratar de disciplina de ano letivo inteiro.

Deverá prestar exame final na disciplina o acadêmico que obtiver nota entre dois e meio (2,5) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas (02) verificações, conforme for o caso do tipo de oferta da disciplina (meio ano ou ano inteiro).

OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Resultado final do processo de verificação da aprendizagem:

$$1) \text{ Média aritmética simples das duas notas parciais: } NF = \frac{1^a \text{ NP} + 2^a \text{ NP}}{2}$$

- nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;
- nota final de dois e meio (2,5) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL.

2) Média aritmética simples das notas parciais e da nota de exame final:

$$NF = \frac{1^a \text{ NP} + 2^a \text{ NP} + NEF}{3}$$

- nota final de cinco (5,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;
- nota final de um e seis (1,6) a quatro e nove (4,9) = REPROVADO.

Observações:

1) As siglas adotadas nas fórmulas de cálculo da média têm as seguintes correspondências:
 NF = nota final, 1ª NP = primeira nota parcial,
 2ª NP = segunda nota parcial, NEF = nota do exame final.

2) Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver:

- setenta e cinco por cento (75%), no mínimo, de frequência, e
- média das duas notas parciais igual ou superior a sete (7,0), ou
- média igual ou superior a cinco (5,0) após a submissão ao exame final.

3) Será reprovado na disciplina o aluno que:

- não obtiver, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência, ou
- obtiver média das duas notas parciais inferior a dois e meio (2,5), ou
- obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a submissão ao exame final.

4) Ficará impedido de prestar exame final o aluno que:

- não obtiver, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência na disciplina, e/ou
- não obtiver, no mínimo, dois e meio (2,5) como média das duas notas parciais.

5) Ao aluno que não comparecer ao exame final da disciplina será atribuída a nota zero (0,0), salvo os casos previstos nas normas institucionais.

6) Até dezembro de 1998, a avaliação do rendimento escolar diferia da atual nos seguintes quesitos:

- nas disciplinas de duração anual havia quatro (04) verificações bimestrais;
- se não fosse atingida a média sete (7,0) nas verificações bimestrais, a aprovação dependia de exame final, com a obtenção da média final ponderada seis (6,0);
- caso, após a submissão ao exame final, não se atingisse a média mínima seis (6,0) e a média obtida estivesse entre três (3,0) e cinco vírgula nove (5,9), havia submissão ao exame final em segunda época, mantida a nota mínima seis (6,0) para aprovação final, mediante o abandono dos escores obtidos durante o ano.

2.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR EAD - APROVADO PELA INSTITUIÇÃO

RESOLUÇÃO UNIV Nº 25 DE 6 DE OUTUBRO DE 2010

Art. 63-A. A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância da UEPG compreende:

- a) a apuração da frequência às atividades presenciais;

b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual e de prova presencial.

§ 1º A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades presenciais, excetuando-se a prova presencial, na qual a frequência é obrigatória.

§ 2º Para fins de verificação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores que variam de zero (0,0) a dez (10,0).

§ 3º O processo avaliativo dos cursos na modalidade a distância compreende a avaliação processual e a prova presencial, que se realizarão na seguinte forma:

a) a avaliação processual de cada disciplina, cujo valor total é dez (10,0), numa escala de zero (0,0) a dez (10,0), será realizada por meio de seminário presencial, com valor total dois (2,0), e de atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, com valor total oito (8,0), por meio de instrumentos variados. Essa sistemática de avaliação deve estar prevista no sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso;

b) ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial, de caráter obrigatório, cujo valor total é dez (10,0).

§ 4º O resultado do rendimento escolar da disciplina será obtido mediante a aplicação da média aritmética (MA), calculada a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. Ficará dispensado do exame final da disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), que será considerada a nota final de aprovação na disciplina.

§ 5º Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre dois e meio (2,5) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações.

§ 6º Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito à reprovação.

Art. 63-B. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre.

§ 1º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem, será obtido na forma seguinte:.

I - Média aritmética simples da avaliação processual e prova presencial:

$$NF = \frac{AP + PP}{2}$$

a) Nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;

b) Nota final inferior a dois e meio (2,5) = REPROVAÇÃO DIRETA;

c) Nota final de dois e meio (2,5) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL;

II - Média aritmética simples da avaliação processual, da prova presencial e da nota de exame final:

$$NF = \frac{AP + PP + NEF}{3}$$

a) Nota final de cinco (5,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;

b) Nota final de um e seis (1,6) a quatro e nove (4,9) = REPROVADO.

onde:

NF = nota final

AP = avaliação processual

PP = prova presencial

NEF = nota do exame final.

Art. 63-C. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a promoção por semestre e a aprovação por disciplina.

§ 1º Será promovido ao semestre seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas do semestre em que se encontra matriculado, admitindo-se ainda, a promoção com dependência em até duas disciplinas.

§2º Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete ou nota igual ou superior a cinco (5,0), após a realização do exame final.

Art. 63-D. Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito a reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado e impedido de promoção ao semestre seguinte o acadêmico que reprovar em mais de duas disciplinas do semestre em que se encontra matriculado.

§ 2º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

a) obtiver média inferior a dois e meio (2,5);

b) obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a realização do Exame final;

c) não obtiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades presenciais;

d) não comparecer à prova presencial.

3 - COMPONENTES CURRICULARES

3.1 DISCIPLINAS INTEGRANTES DO CURRÍCULO PLENO

Para completar o Currículo Pleno do Curso de Bacharelado em Direito, o acadêmico deverá perfazer um total de 4126 (quatro mil cento e vinte e seis) horas, sendo 561 (quinhentas e sessenta e uma) horas em disciplinas de formação básica geral, 2771 (duas mil setecentos e setenta e uma) horas em formação de disciplinas de formação específica profissional, 204 em disciplinas de diversificação ou aprofundamento, 340 de horas de estágio e 250 horas de atividades complementares, distribuídas em, no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 08 (oito) anos letivos.

Sendo assim distribuídas:

3.1.1 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS – EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPARTº	série	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
01	Eixo de Formação Fundamental	501	2º	1º e 2º	Ciências Sociais e Direito	68
		404	1º	1º	Economia Política	51
		601	1º	1º e 2º	Teoria Geral do Estado e Ciência Política	102
		603	1º	1º e 2º	Metodologia da Pesquisa Jurídica	68
		601	1º	1º e 2º	História do Direito	68

		501	1°	2°	Psicologia Jurídica	51
		601	4°	1° e 2°	Filosofia do Direito	102
		602	5°	1°	Ética profissional	51
					Total em Horas	561

3.1.2 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS – EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPARTº	série	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
02	Eixo de formação profissional	601	1°	1° e 2°	Introdução ao Estudo do Direito	136
		603	5°	1°	Orientação de trabalho de conclusão de curso (OTCC)	34
		601	1°	1° e 2°	Direito Constitucional I	68
		603	1°	1°	Direito Civil I	68
		603	1°	2°	Direito Civil II	68
		601	2°	1° e 2°	Direito Internacional Público	68
		603	2°	1°	Direito Civil III	68
		603	2°	2°	Direito Civil IV	68
		601	2°	1° e 2°	Direito Constitucional II	136
		601	2°	1° e 2°	Direito Penal I	136
		602	2°	1° e 2°	Direito Processual Civil I	136
		601	3°	1°	Direito Administrativo I	68
		601	3°	2°	Direito Administrativo II	68
		603	3°	1°	Direito Civil V	68
		603	3°	2°	Direito Civil VI	68
		602	3°	1° e 2°	Direito Processual Civil II	136
		602	3°	1°	Direito Processual Penal I	68
		602	3°	2°	Direito Processual Penal II	68
		601	3°	1° e 2°	Direito Penal II	136
		603	4°	1°	Direito Civil VII	68
		603	4°	2°	Direito Civil VIII	68
		603	4°	1°	Direito Empresarial I	68
		603	4°	2°	Direito Empresarial II	34
		603	4°	1° e 2°	Direito do Trabalho I	102
		602	4°	1°	Direito Processual Penal III	34
		602	4°	2°	Direito Processual Civil III	68
		601	4°	1°	Direito Tributário I	68
		601	4°	2°	Direito Tributário II	68
		603	5°	1°	Direito do Trabalho II	68
		603	5°	2°	Direito do Trabalho III	68
		603	5°	1°	Direito Empresarial III	34
		603	5°	2°	Direito Empresarial IV	68
		601	5°	1°	Direitos Humanos	68
		601	5°	2°	Direito Constitucional III	34

		601	5°	2°	Direito e Seguridade Social	51
		603	5°	2°	Direito Internacional Privado	51
		602	5°	1°	Direito Processual Civil IV	34
		601	5°	1°	Direito Tributário III	51
					Total horas	2771

OBS: As matérias de Direito Empresarial II, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil IV e Direito Constitucional III possuem 34 horas, pois são complementares as Disciplinas de Direito Empresarial I e IV, Direito Processual Civil III e Direito Constitucional I e II respectivamente.

3.1.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS - EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPARTº	série	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
03	Eixo de formação prática	602	4	Anual	Estágio de Prática Forense Civil I	102
		602	5	Anual	Estágio de Prática Forense Civil II	102
		602	4	Anual	Estágio de Prática Forense Penal I	68
		602	5	Anual	Estágio de Prática Forense Penal II	68
					Total horas	340

3.1.4 MODALIDADE DE ESTÁGIO

Disciplina de Estágio	C.H. Sem.		Modalidade de Estágio		
	T	P	Direto	Semi Direto	Indireto
Estágio de Prática Forense Civil I		3	X		
Estágio de Prática Forense Civil II		3		X	
Estágio de Prática Forense Penal I		2	X		
Estágio de Prática Forense Penal II		2		X	

3.1.5 DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU APROFUNDAMENTO

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS - EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPARTº	SÉRIE	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
04	Eixo de Formação Especial	603	2°	2°	Direito Ambiental	51
		601	2°	2°	Tópicos em Teoria do Estado	51

		510	2º	2º	Língua Brasileira De Sinais – LIBRAS	51
		601	2º	1º	Tópicos em Teoria da Constituição	51
		601	2º	1º	Tópicos em Teoria do Direito	51
		601	2º	1º	Criminologia	51
		603	3º	2º	Direito Urbanístico	51
		601	3º	2º	Direito Eleitoral	51
		601	3º	2º	Direito Financeiro	51
		601	3º	2º	Tópicos em Teoria do Federalismo	51
		601	3º	2º	Tópicos em Direito Internacional dos Direitos Humanos	51
		601	4º	1º	Tópicos em Direito Administrativo	51
		307	4º	2º	Medicina Legal	51
		601	4º	2º	Tópicos em Direito Penal	51
		601	4º	2º	Direito Econômico	51
		603	4º	1º	Direito Imobiliário	51
		601	5º	2º	Estatuto da Criança e do Adolescente	51
		601	5º	2º	Tópicos em Filosofia do Direito	51
		601	5º	2º	Tópicos em Direito Tributário	51
		603	5º	2º	Mediação e Arbitragem	51
		602	5º	2º	Processo Civil V	51
					Total em horas a ser cursada	204

Observações: 1) As disciplinas de diversificação ou aprofundamento deverão ser cursadas n total mínimo de 204 horas, sendo obrigatória a partir da 2ª série do curso. O acadêmico deve escolher pelo menos uma dentre o rol de disciplinas da série.

2) As disciplinas de diversificação ou aprofundamento poderão ser ofertadas no 1º ou no 2º semestre letivo mediante análise e parecer do Colegiado de Curso.

3.1.6 DISCIPLINAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

CÓDIGO/ DEPART.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
			PRESENCIAL	A DISTÂNCIA

--	--	--	--	--

3.1.7 ESTE QUADRO DEVERÁ SER PREENCHIDO SOMENTE POR DISCIPLINAS COM AULAS PRÁTICAS

CÓDIGO/ DEPART.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
			PRÁTICA	TEÓRICA

3.1.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADEMICO CIENTÍFICOS-CULTURAIS

Além das disciplinas constantes da seriação, os alunos deverão cumprir 250 horas em atividades acadêmicas complementares.

ITEM	EVENTO	C/ HORÁRIA	Limite
01 -	Curso de Extensão Universitária	50% frequentada	80 h
02 -	Projeto de Extensão Universitária	20% frequentada	80 h
03 -	Projeto de Pesquisa e Projeto de Ensino	20% frequentada	80 h
04 -	Monitoria	20% frequentada	80 h
05 -	Congressos, Conferências, Simpósios, Palestras Painéis e Similares Presenciais	100% frequentada	Total
06 -	Congressos, Conferências, Simpósio, Palestras Painéis e Similares a distância	100% frequentada	30 h
07 -	Estágios Voluntários	100% frequentada	80 h
08 -	Eventos Internacionais	100% frequentada	Total
09 -	Cursos de Línguas Estrangeiras: Exclusivamente Ministrado pela UEPG		
a) -	Latim Instrumental	100% frequentada	60 h
b) -	Inglês, Italiano, Alemão e Espanhol	100% frequentada	30 h
c) -	Outras	100% frequentada	15 h
10 -	Cursos de Informática		
a) -	Ministrado pela UEPG	100% frequentada	30 h
b) -	Ministrados outras instituições ou empresas	100% frequentada	10 h

CONDIÇÕES GERAIS:

- 1) - Para fins de cômputo e apropriação de carga horária, será considerado o constante no Certificado, Diploma ou documento equivalente;
- 2) - No caso de não constar a carga-horária no Certificado, Diploma ou documento equivalente, será atribuída segundo os seguintes critérios:

- - 4 (quatro) horas a cada dia de participação;
- - se constar detalhadamente os dias e/ou horários em que se realizou o evento, serão atribuídas 2 (duas) horas para o período matutino, 3 (três) horas para o período vespertino e 2 (duas) horas para o período noturno.
- - Qualquer que seja a circunstância, a carga-horária será calculada sempre na mesma proporção de carga-horária efetivamente frequentada pelo acadêmico;
- - Os casos omissos ou divergentes com os critérios acima, serão submetidos para análise e decisões do Colegiado do Curso de Direito;
- - Para os transferidos e reaberturas, serão computados somente os certificados após a matrícula na UEPG.

3.2 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ECONOMIA POLÍTICA – 51h

Economia Política: conceito, objeto e objetivos. Generalidades sobre a economia. Inter-relação entre a economia e o direito. Noções sobre o desenvolvimento do pensamento econômico. A distribuição, a circulação e o consumo. Mercado. Produto e Renda Nacional. Investimento. Noções sobre comércio internacional. Contribuições fundamentais da Economia Política Clássica: Smith, Ricardo e Malthus. Crítica à Economia Política Clássica: Marx e Keynes. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Econômico, Sistema Financeiro Nacional.

BIBLIOGRAFIA

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos da Economia Política. Saraiva
EQUIPE DE PROFESSORES DA USP (1998). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 3 ed.
MANKIW. N. Gregory (1999). Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macro Economia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos.
O’ SULLIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steve M. (2000). Princípios de Economia. Rio de Janeiro: LTC- Livros Tecnicos Científicos.
VASCONCELLOS, Marco Antonio. Fundamentos de Economia. Saraiva.
ROSSETTI, J.P. Uma Introdução à Economia Política. São Paulo: Atlas, 1997.

PSICOLOGIA JURÍDICA – 51 h

Psicologia Jurídica. Desenvolvimento da Personalidade. O Processo civilizador e os marcos da lei: implicações psíquicas. Transtornos mentais: dinâmica e estrutura. Psicopatologias e inimizabilidade. A infância, a juventude e o idoso sob perspectiva da psicologia jurídica. Dinâmica de grupos: mediação de conflitos.

BIBLIOGRAFIA

COHEN, Cláudio (Org). Saúde Mental, Crime e Justiça. São Paulo: EDUSP, 1996.
GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2008.
FREUD, Sigmund. O Mal Estar na Civilização. In: _____. Obras Completas volume 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. P. 13-122.
PALOMBA, Guido Arturo. Perícia na Psiquiatria Forense. São Paulo: Saraiva, 2016

RIGONATTI, Sérgio Paulo. ANDRADE, Maria Lúcia Camargo de. *Psiquiatria forense e Cultura*. São Paulo: Vetor, 2009.

ROVINSKI, S. L. *Fundamentos da Perícia Psicológica Forense*. São Paulo: Vetor, 2004.

SILVA, Denise Maria P. *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro: A Interface da Psicologia com Direito Nas Questões de Família e Infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. *Da Inimputabilidade Penal: Em Face do Atual Desenvolvimento da Psicopatologia e da Antropologia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

TABORDA, José G. V.; CHALUB, M.; ABDALLA FILHO, E. *Psiquiatria Forense*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

ZIMERMAN, David; OSÓRIO, Luiz Carlos. *Como Trabalhamos Com Grupos*. São Paulo: Artmed, 1997.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – 136 h

Ordem jurídica. Ética. Direito e Moral. Ciência do Direito. Fundamentação doutrinária e filosófica. Direito natural e Direito positivo. Fontes jurídicas. Estudo da norma jurídica. Hermenêutica jurídica. Interpretação, aplicação, integração e correção do Direito. Teoria da justiça. Noções de Direito Romano.

BIBLIOGRAFIA

CRETELLA JR., José. *Introdução ao estudo do direito*. Forense.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. Saraiva.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. Atlas.

FRANÇA, R. Limongi. *Hermenêutica jurídica*. Saraiva.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. Forense.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Martins Fontes.

MACHADO NETO, A. L. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. Forense.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Forense.

MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. Revista dos Tribunais.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. Saraiva.

TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA – 102h

Teoria Geral do Estado e Ciência Política: recortes epistemológicos; interdisciplinaridade e transversalidade em direito e política. A realidade do Estado. Estado, Direito e Sociedade. Teoria do órgão. O Estado como sujeito de deveres e direitos. Elementos constitutivos do Estado. Estado e Poder. Estado e Constituição Política. Teorias da Separação de Poderes: sentidos clássico e contemporâneo. Teoria das Formas de Governo: arquétipos constitucionais e sua crítica. Sistemas Eleitorais. Teoria das Formas de Estado: Estado Unitário, Confederação de Estados, Estado Federal. Problemas contemporâneos do Estado e sua ordem jurídica: Direito Internacional e Nacional em uma configuração pós-westfaliana. Gênese do Estado e do Pensamento Político, da Antiguidade à Modernidade. Formação do Pensamento Político Clássico e Moderno. A outra política: as antíteses internas ao pensamento político moderno. Os antecedentes modernos da Teoria Política pós-moderna. Tendências contemporâneas em Teoria Política e do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio. *Estado de exceção* (Homo Sacer II, 1). Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Foucault, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2002.
- Kelsen, Hans. *Teoria geral do direito e do estado*. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Locke, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- Montesquieu, Charles de Secondant. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Platão. *A república*. 13. ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- Rousseau, Jean-Jacques. *Do contrato social*, ou Princípios do direito político. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

DIREITO CONSTITUCIONAL I – 68h

Constitucionalismo. Teorias da Constituição. Classificação das Constituições. Estrutura, função e conteúdo das Constituições. Conceito e característica dos direitos fundamentais. Do poder Constituinte. Poder Constituinte. Reforma da Constituição e Mutação Constitucional. Eficácia e Aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Sistemas Constitucionais. Sistema Constitucional Brasileiro. Teoria Geral do Direito Constitucional. Direitos Fundamentais em espécie: direitos individuais e coletivos; Direitos Sociais, Direitos da Nacionalidade e Direitos Políticos. Controle de Constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva.
- DIMOULIS, Dimitri. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas.
- _____, Curso de Processo Constitucional. São Paulo: Atlas.
- FERRAJOLI, Luigi. Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais. Tradução de Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cademartori, Hermes Zaneti Júnior e Sérgio Cademartori. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas.
- MORAIS, Jose Luis Bolzan de. NASCIMENTO, Valéria Ribas do Nascimento. Constitucionalismo e Cidadania: por uma jurisdição constitucional democrática. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo. Malheiros.
- _____. O constitucionalismo Brasileiro: evolução institucional. São Paulo: Malheiros.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CIVIL I – 68H

Direito Positivo e Direito Natural. Direito e Moral. Direito Objetivo e Subjetivo. Elementos do direito subjetivo. Direito Civil. Importância. História da Codificação. Constitucionalização do direito civil. Sujeito de Direito. Capacidade de fato e de direito. Emancipação. Morte. Direitos da Personalidade. Aspectos jurídicos e psicológicos da dignidade humana. Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens.

BIBLIOGRAFIA

- DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.1 São Paulo. Saraiva, 2016.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 1, São Paulo: Saraiva, 2016.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.1. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
- PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL, São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.
- TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.
- FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- PERLINGIERI, PIETRO. Perfis do direito civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- RAO, VICENTE. Ato jurídico. São Paulo: LTR, 2000.
- TEPEDINO, GUSTAVO. A parte geral do novo Código Civil – Estudos na perspectiva Civil – Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- _____, Problemas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- _____, Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DIREITO CIVIL II – 68h

Fato jurídico, ato e negócio jurídico. Inexistência, validade e eficácia do negócio jurídico. Defeito dos negócios jurídicos. Invalidade, nulidade relativa e nulidade absoluta. Os elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. Das provas no negócio jurídico; meios de prova. Dos atos ilícitos: excludentes de ilicitude. Responsabilidade civil extracontratual. Prescrição e decadência. O tempo como fato jurídico, causas impeditivas e suspensivas, causas interruptivas, prazos de prescrição e de decadência, direito intertemporal).

BIBLIOGRAFIA

- DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.1 São Paulo. Saraiva, 2016.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 1, São Paulo: Saraiva, 2016.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.1. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
- PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL, São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.
- TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.
- Bibliografia complementar:
- FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- PERLINGIERI, PIETRO. Perfis do direito civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- RAO, VICENTE. Ato jurídico. São Paulo: LTR, 2000.

TEPEDINO, GUSTAVO. A parte geral do novo Código Civil – Estudos na perspectiva Civil – Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____, Problemas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____, Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA – 68h

Metodologia da Pesquisa Jurídica, os instrumentos de investigação: referências bibliográficas, a pesquisa bibliográfica (doutrina, legislação e jurisprudência), os fichários. A escolha do tema: escolha da disciplina, a prospecção, o exame das fontes. A elaboração do plano: importância do plano, exegese do plano provisório, o plano definitivo. Redação: estrutura lógica, introdução, desenvolvimento, conclusão. O texto definitivo: o estilo, as citações, as notas de rodapé. Apresentação do trabalho: elementos textuais, elementos pré-textuais, elementos pós-textuais.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas Brasileiras de Referência. Apresentação, 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica. Teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 10. ed. São Paulo: RT, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade; Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Manual de Normalização Bibliográfica para Trabalhos Científicos. 3. ed. Ponta Grossa: EDUEPG, 2014.

HISTÓRIA DO DIREITO – 68H

Positivismo: seus pressupostos na epistemologia, nas ciências humanas e na história. Aspectos da história positivista e sua aplicação na história do direito. A Escola de "Annales": pressupostos e métodos e sua localização nos quadros da historiografia. A influência da escola francesa na historiografia contemporânea e na história do direito. O método marxista na historiografia: pressupostos e métodos, seus potenciais e limites. O marxismo e a história do direito. Walter Benjamin: as "teses sobre o conceito de história" e a "história dos vencidos"; a história benjaminiana e a história do direito. Foucault e a história: a construção da "ontologia histórica do presente" e a história do direito. A pré-modernidade do direito. A formação histórica da propriedade moderna. Ensino jurídico no Brasil e a formação da cultura jurídica brasileira. As liberdades em perspectiva histórica. Codificação.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Sul concetto di storia. Torino: Einaudi, 1997.

_____. I "passages" di Parigi. Torino: Einaudi, 2002.

FIORAVANTI, Maurizio. Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones. Trad. Manuel Martinez Neira. Madrid: Trotta, 1996.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau/PUC/RJ, 1996.

_____. A poeira e a nuvem “in” FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos (Vol. 4): Estratégia, poder-saber (org. Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: forense universitária, 2003, p. 323/334

_____. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª ed. Rio de Janeiro: forense universitária, 2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. Walter Benjamin: os Cacos da História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HESPANHA, António Manuel. Nova história e história do direito. Vértice, Coimbra, abr/jun 1986, vol. 46, nº 470/472, p. 17.

HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

_____. A História do Direito na História Social. Lisboa: Horizonte, 1978.

HOBBSAWM, E. Introdução “in” MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. Sobre História. . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques (org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LOWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen. São Paulo: Cortez, 1997.

KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o Marxismo da Melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio (uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”). Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brandt, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. História (col. Grandes cientistas sociais). Org. Florestan Fernandes. São Paulo: ática, 1985.

MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã . São Paulo: Hucitec, 1897.

_____. O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

REIS, José Carlos. A Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CIÊNCIAS SOCIAIS E DIREITO – 68H

Estuda os fundamentos conceituais das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), bem como sua aplicabilidade como recurso analítico ao contexto nacional e internacional para a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais das sociedades contemporâneas, em especial da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio (org.). A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Porto Alegre: UFRGS, 1993. 251 p.

ADORNO, Theodor e W. HORKHEIMER (orgs.). Temas básicos da sociologia. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1978. 205 p.

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Trad. Joaquim J. de Moura Ramos. Portugal. Lisboa: Editorial Presença, s/ data. 120 p.
- AVRITZER, Leonardo. A moralidade democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. 168 p.
- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (orgs.). História da análise sociológica. Trad. De Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 932 p.
- BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas lingüísticas. Trad. Sérgio Miceli et alii. São Paulo: Perspectiva, 1992. 282 p.
- _____. Economia das trocas simbólicas. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 1992. 361 p
- BUCCI-GLUKSMANN, Christine. Gramsci e o Estado. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 499 p.
- BUCKLEY, Walter. A sociologia e a moderna teoria dos sistemas. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix e Ed. da Universidade de São Paulo, 1971. 307 p.
- CARVALHO, Edgard de Assis. O reencantamento do homem. Revista Margem. São Paulo: Educ, n. 3, p. 107-122, dez. 1994.
- CONNOR, Steven. Cultura Pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo. 2ª ed. trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1989, 229 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. NOGUEIRA, m. Aurélio (org. e trad.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 159 p.
- CUIN, Charles-Henry e GRESLE, François. História da Sociologia. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. Ensaio, 1994. 296 p.
- DOSSE, François. História do estruturalismo. 2 v. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Ensaio, 1994. 447 p. [1 v.], 518 p. [2 v.].
- DUPUIS, Jules-François. História desenvolta do surrealismo. Trad. Silva de Viseu. Portugal, Lisboa: Antígona, 1979. 33 p.
- DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. Trad. Maria Isaura P. Queiroz. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 128 p.
- HERLICH, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito. Trad. René Ernani Gertz. Brasília: E. UnB, 1986. 388 p. _____. O estudo do direito vivo. Apud.
- SOUTO, Claudio e FALCÃO, Joaquim. Sociologia e direito. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1995. 345 p. ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1960. 168 p. _____. Dialética da natureza. Trad. R. Argentiére. São Paulo: Ed. Alba Ltda., s/ data. 235 p.
- FARIA, José Eduardo. Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 194 p. _____ e CAMPILONGO, Celso Fernandes. Sociologia jurídica no Brasil. Porto Alegre: Fabris, 1991. 61 p.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Trad. Lígia M. P. Vassáilo. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1977, 280p.
- FREITAG, Barbara. A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986. 184 p.
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Trad. Luís C. de Castro e Costa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 210 p.
- GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Trad. Maria do Carmo Cary. Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1994. 334 p.
- GRAMSCI, Antonio. As forças políticas nas crises orgânicas. Apud.

GIDDENS, Antony. As conseqüências da modernidade. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.

GURVITCH, Georges. A sociologia de Karl Marx. Trad. de Iolanda Leite. São Paulo: Editora Anhambi S.A., 1960. 117 p.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez / AMPOCS 2, nº 1, p. 41-47, out. 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia e outros textos. 2ª ed. Trad. Eduardo P. Graeff. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 181 p.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. Trad. José Carlos Bruni e outros. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 404 p.

_____. Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes. Trad. Edgard Malagodi e outros. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 240 p.

ROSA, F. A. Miranda. Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 230 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Social e o político na transição pós-moderna. Revista Lua Nova. São Paulo: Editora Marco Zero. nº 31, p. 181-207, 1993.

SOUTO, Claudio. Teoria sociológica do direito e prática forense. Porto Alegre: Fabris, 1978, 134 p.

WARAT, Luis Alberto. Manifestos para uma ecologia do desejo. São Paulo: Editora Acadêmica, 1990. 136 p.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. UnB, 1981. 233 p.

WOLKER, Antonio Carlos. Pluralismo: fundamentos de uma cultura no direito. São Paulo: Ed. Alfa Ômega Ltda., 1994. 349 p.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - 136 h

Teoria geral do direito processual civil. Noções fundamentais do Direito processual civil (conceito, histórico fontes e princípios informativos). Jurisdição, processo e ação. Elementos. Sujeitos do Processo. Partes e procuradores. Pluralidade de partes. Intervenção de Terceiros (oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo, assistência). Ministério Público. Juízes. Competência. Órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Atos processuais, Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos de GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel, Teoria Geral do Processo, 17ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001.

ARRUDA ALVIM. Manual de Direito Processual Civil, vol. 1, Revista dos Tribunais.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, 4 volumes.

_____. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, 1 volume.

_____. A instrumentalidade do processo, 10ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro, 1º v, Saraiva.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. Revista dos Tribunais.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. Manual de direito processual civil. São Paulo, Saraiva.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas do direito processual civil. São Paulo, Saraiva

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de Processo Civil. vol. I. Sérgio Antonio Fabris Editor.

THEODORO JUNIOR, Humberto, Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1, Forense.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo e ALMEIDA, Flávio Renato Correia. Curso Avançado de Processo Civil. v. 1, Revista dos Tribunais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – 68 h

Retrospecto Histórico do Direito Internacional. As Relações do Direito Internacional com o direito interno. Fontes do Direito Internacional Público. Sujeitos de Direito Internacional Público e Responsabilidade Internacional. Organizações Internacionais. Direito de Integração; Blocos Econômicos. A Pessoa humana no Direito Internacional Público e Condição Jurídica do Estrangeiro. Modos de solução dos litígios internacionais.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, Hildebrando, NASCIMENTO E SILVA, G. E. do, CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2015.

BROWNLIE, Ian. Princípios de direito internacional público. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

MELLO, Celso D. A. Direito Internacional Público, vols. I-II, 14ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2002.

MENEZES, Wagner. Tribunais Internacionais: jurisdição e competência. São Paulo: Saraiva, 2012.

QUOC DINH, Nguyen, DAILLER, Patrick, PELLET, Alain. Direito internacional público. Lisboa, Calouste Gulbekian, 1999.

REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2005.

CANÇADO TRINDADE, A. A. O direito internacional em um mundo em transformação. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

MARTINS, Pedro Baptista. Da unidade do direito e da supremacia do direito internacional. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: RT. 2016.

VARELA, Marcelo D. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL II – 136 h

Organização do Estado: Da organização político-administrativa, Da União, Dos Estados Federados, Dos Municípios e Do Distrito Federal. Intervenção Federal. Organização dos Poderes: Do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário. Da Defesa do Estado e das Instituições Democrática. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina.

CLÉVE, Clémerson Merlin. Atividade legislativa do poder executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva.

HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey.

LEWANDOVSKI, Enrique Ricardo. Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil São Paulo: Revista dos Tribunais.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo. Malheiros.

DIREITO CIVIL III – 68H

Direito das obrigações. Origem, evolução histórica. Conceito e modalidades. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações, com e sem pagamento. Do inadimplemento total e relativo. Das perdas e danos. Dano emergente e lucro cessante. Responsabilidade civil contratual. Cláusula penal e Arras.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.2 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 2, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.2. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL – Direito das obrigações, São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.

TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO CIVIL IV – 68H

Teoria geral dos contratos. Princípios contratuais. Contrato de compra e venda. Troca ou permuta. Doação. Locação de coisas. Empréstimo. Prestação de serviços. Empreitada. Depósito. Mandato. Transporte de pessoas. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Outras formas contratuais. Atos unilaterais. Responsabilidade civil de correntes da relação contratual.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.2 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 2, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.2. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL – Direito Civil Contratual, São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.

TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO PENAL I – 136 h

Conceitos, missões, divisões, princípios, fontes, interpretação e evolução histórica do Direito Penal. Escolas penais. Teoria da norma penal. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Lei penal em relação as pessoas. Teoria geral do crime: conceitos de crime, classificação dos crimes, sujeitos do crime, objetos do crime, conduta punível, tipicidade, ilicitude, culpabilidade. Teoria do erro. Concurso de pessoas. Teoria geral das penas: Conceito de

penas, fundamentos, finalidades, princípios, espécies. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação criminal. Medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

BIBLIOGRAFIA

PRADO Luiz Regis - Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume 1 - Parte Geral Editora Revista Dos Tribunais

DOTTI Rene Ariel. Curso de Direito Penal - Parte Geral - Editora Revista Dos Tribunais

BUSATO Paulo Cesar. Direito Penal - Parte Geral - Editora Atlas

COSTA JUNIOR Paulo Jose da. Curso de Direito Penal - Editora Saraiva

MASSON Cleber - Direito Penal. Parte Geral - Volume 1 - Editora Método.

ESTEFAM André E GONÇALVES Victor Eduardo Rios. Direito Penal - Parte Geral Editora Saraiva

SANTOS Juarez Cirino dos. Direito Penal - Parte Geral - Editora Lumen Juris.

JESUS Damásio de. Direito Penal - Parte Geral - Editora Saraiva

JUNQUEIRA Gustavo e VANZOLINI Patrícia. Manual de Direito Penal - Editora Saraiva

ZAFFARONI Eugenio Raul e PIERANGELI Jose Henrique - Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral - Volume 1 Editora Saraiva

BITENCOURT Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal - parte geral - volume 1 - Editora Saraiva

TÓPICOS EM TEORIA DA CONSTITUIÇÃO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Estatuto epistemológico da teoria da Constituição (como teoria política e científica, origens e tarefas da constituição). Do constitucionalismo ao transconstitucionalismo. Paradigmas constitucionais e história do constitucionalismo. (tradições inglesa, americana e francesa, bem como os movimentos constitucionais liberal, social e democrático). Constitucionalização e internacionalização do direito.. Hermenêutica constitucional (filosófica, jurídica, positivismo, pós-positivismo, neopositivismo). Debates atuais acerca da jurisdição constitucional (o guardião da constituição e legitimidade democrática da jurisdição constitucional, constitucionalismo popular, concepções procedimentalistas e substancialistas).

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís, Roberto. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo de Andrade. Teoria da Constituição. Belo Horizonte: Initia Via, 2012.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. Salvador: Juspodium, 2012.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Editorial Fórum, 2012.

ACKERMAN, Bruce. A transformação do direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ALVES, Adamo Dias; Gomes, D. F. L.; Oliveira, Marcelo A. Cattoni de . Constitucionalismo e Teoria do Estado. Belo Horizonte: Arraes Editores Ltda, 2013.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. São Paulo: Malheiros, 1996.

BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. Brasília: OAB editora, 2006.

GODOY, MIGUEL. Constitucionalismo e democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella. Saraiva, 2012.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 20.

TÓPICOS EM TEORIA DO DIREITO – 51H

Estudos avançados e específicos sobre os tópicos: Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito. O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social. Direito Natural. O jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma Jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumeiro. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 10. ed., Brasília: UnB, 1997.

_____. Teoria da norma jurídica. Bauru/Sp: Edipro, 2001.

_____. Teoria geral do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 7ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Introdução ao estudo do direito: conceito, objeto, método. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1990.

MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Lisboa: Editorial Estampa. 1989.

SGARBI, Adrian. Teoria do Direito: primeiras lições. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2007.

WARAT, Luís Alberto; ROCHA, Leonel Severo. O direito e sua linguagem. 2. ed. Porto Alegre: SAFE, 1995.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Entre o passado e o futuro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito: introdução e teoria geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. 3 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

DWORKIN, Ronald. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. O império do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HART, Herbert Lionel Adolphus. O conceito de direito. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Fabris, 1986.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1989.

LEFORT, Claude. Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOUFFE, Chantal.. O regresso do político. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Teoria política, direitos e democracia. Trad. Katya Kozicki. In: FONSECA, Ricardo Marcelo. Repensando a Teoria do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

NINO, Carlos Santiago. Introducción al análisis del derecho. Barcelona: Ariel, 1983.

RICOEUR, Paul. O Justo. vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROSS, Alf. Direito e justiça. Bauru: EDIPRO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SHAKESPEARE, William. O Mercador de Veneza. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. O Direito achado na rua. Brasília: Universidade de Brasília, 1987

VON, IHERING, Rudolf. A luta pelo direito. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

WARAT, Luís Alberto. Introdução geral ao direito. 3 volumes. Porto Alegre: SAFE, 1995.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no direito. 2 ed. São Paulo : Alfa Omega, 1997.

TÓPICOS EM TEORIA DO ESTADO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Teoria do Estado, Filosofia Política, Teoria Política Brasileira, Teoria Política Clássica, Teoria Política Contemporânea, Ciência Política, Política Comparada, Instituições Políticas, Políticas Públicas, Política Regional, Política Internacional, Política Sindical, Política Partidária, Relações Intergovernamentais, História Política do Brasil, Sociologia Política, Processo Decisório (Legislativo, Executivo e Judiciário) e/ou Relações de Poder Político.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BURDEAU, Georges. O Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Estado de Direito. Lisboa: Gradiva, 1999.

COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (org.). O Estado de Direito: história, teoria, crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DAHL, Robert A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril, 1978. (Coleção "Os Pensadores").

MAQUIAVEL. O príncipe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MALBERG, Carrè de. Teoría General del Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

MÜLLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da Democracia. .São Paulo: Max Limonad, 2000.

MÜLLER, Friedrich. Fragmentos (sobre) o poder constituinte do povo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NICOLAU, J. et al. Eleições e partidos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

PRZEWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. República e federação no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2003.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

ELSTER, Jon. Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e FIGUEIREDO, Marcus. O plebiscito e as formas de governo. São Paulo, Brasiliense, 1993.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1999.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção "Os Pensadores").

ROUSSEAU, J. J. Do Contrato Social. São Paulo: Abril, 1983. Os Pensadores.

SANTOS, F. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMF/IUPERJ, 2003.

SCHARTZENBERG, Roger-Gerard. Sociologia Política. São Paulo: Difel, 1979.

SILVA, José Afonso da. Poder constituinte e poder popular. São Paulo: Malheiros, 2002.

TSEBELIS, George. Jogos Ocultos. São Paulo: Edusp, 1998.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Ed. UNB, 1988.

WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2000 (volumes 1 e 2).

ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997.

DIREITO AMBIENTAL – 51 h

Propedêutica do Direito Ambiental. As diversas concepções de meio ambiente. As vertentes do pensamento ambientalista. Correntes filosóficas antropocêntricas e biocêntricas; Orientações ideológicas decorrentes; Histórico do tratamento jurídico do ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo/72, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92; Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável na África do Sul – Rio+10. Autonomia, fontes e a interdisciplinaridade do Direito Ambiental Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Processual; Direito Internacional; Direito Urbanístico; Direito Tributário; Direito do Trabalho e da Seguridade Social; Direito Civil; Direito Econômico; Direito Penal; Os princípios estruturantes do Direito Ambiental. Princípio da prevenção, da precaução, da cooperação, da informação, da participação, do poluidor-pagador, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade, da soberania sobre os recursos naturais; Tratamento Constitucional. Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas, conflitos). Ordem econômica e meio ambiente (livre iniciativa, direito de propriedade e função social). O capítulo do meio ambiente (o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem jurídico e direito subjetivo, deveres do poder público

e da sociedade, tríplice responsabilização por dano ambiental). Bens Ambientais: Legislação Específica. Direitos difusos e bens ambientais. Fauna. Flora. Biodiversidade. Recursos hídricos. Tutela ambiental.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BENJAMIN, Antonio Herman V (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FARIAS, Paulo José Leite. Competência Federativa e proteção ambiental. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.

FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Francisco José Marques. Evolução da responsabilidade civil e reparação de danos ambientais. Rio de Janeiro: Renovar.

SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2004. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Fabris.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS – 51 h

A história da surdez e a educação do sujeito surdo no Brasil: questões sobre o programa de inclusão. Teorias linguísticas sobre a aquisição da linguagem pela criança surda e o estatuto da língua brasileira de sinais (LIBRAS). A Língua Brasileira de Sinais e escrita

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia BRASIL. MEC/SEESP. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília DF, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais. v. I e II. São Paulo: USP, 2001. 2 e.

FERNANDES, S. Metodologia da educação especial. Curitiba: IBPEX, 2007 RA ANEXO I DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 016, DE 15 DE ABRIL DE 2014, FL 84 DE 96

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L de; TESKE, O. (org.) Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. PARANÁ. SEED/SUED/DEE. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

VELOSO, E.; MAIA, V. Aprenda Libras com eficiência e rapidez. Curitiba: MãoSinais, 2009.

WILCOX, S. & WILCOX, P. P. Aprender a ver. Petrópolis: Arara Azul, 2005.

TÓPICOS EM DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - 51 h

A nova dimensão do direito internacional público e seus reflexos na soberania dos Estados e na proteção dos seres humanos. Os direitos humanos e o direito internacional: o desafio da fundamentação, o consenso universal e os sistemas de proteção internacional dos direitos humanos. O direito internacional humanitário e os direitos dos refugiados. As propostas de reforma da ONU. Tribunal Constitucional Internacional: o poder constituinte e sua (re) fundamentação global. O Direito Internacional e a ordem econômica global.

BIBLIOGRAFIA

- CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.
- CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Vol. II. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Volume III. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva. 2009.
- ALBUQUERQUE MELO, Celso. Curso de Direito Internacional Público. 13. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- ALMEIDA, Fernando Barcellos de. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.
- ARAÚJO, Nádia de; e ALMEIDA, Guilherme Assis de. O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47.
- PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). Direito Internacional dos Direitos Humanos. Instrumentos básicos. São Paulo: Atlas, 2002.
- DELLORE, Maria Beatriz Pennachi. "Convenção dos Direitos da Criança". In: ALMEIDA, Guilherme de; e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). Direito Internacional dos Direitos Humanos. São Paulo: Atlas, 2002.
- DORNELLES, João Ricardo. O que são direitos humanos? São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2002;
- LAFER, Celso. Reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. "A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos". In: Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005. pp. 113-140.
- MAIA, Marrielle. Tribunal Penal Internacional: aspectos institucionais, jurisdição e princípio da complementaridade. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad,. 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA JR, Hédio. Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: editora Record, 1997.

DIREITO ADMINISTRATIVO I – 68 h

Noções preliminares da Ciência da Administração Pública. Direito Administrativo: noções gerais (formação, objeto, conceito). Regime jurídico administrativo. “Deveres-poderes” da Administração Pública. Serviços Públicos: noções gerais (conceito, princípios e classificação). Sujeitos da Administração Pública: agentes públicos e entes da Administração Pública Indireta. Responsabilidade Extracontratual do Estado.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS: Revista de Direito Administrativo; Revista Trimestral de Direito Público; Revista de Direito Administrativo Aplicado; Revista de Informação Legislativa; Revista dos Tribunais.

DIREITO ADMINISTRATIVO II – 68 h

Atos Administrativos. Licitação. Contratos Administrativos. Bens Públicos. Intervenção do Estado no Domínio Econômico e na Propriedade Privada. Processo Administrativo.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS: Revista de Direito Administrativo; Revista Trimestral de Direito Público; Revista de Direito Administrativo Aplicado; Revista de Informação Legislativa; Revista dos Tribunais.

DIREITO CIVIL V – 68 h

Direito das coisas. Notas históricas. Distinção entre direito pessoal e direito real. Teoria Geral da Posse. Natureza jurídica e teorias. Princípios que regulam o direito à posse. Objeto e elementos da posse. Espécies de posse. Efeitos da posse: direito aos frutos e a indenização por benfeitorias e o direito de retenção. Tutela da posse. Ações possessórias. Aquisição, conservação e perda da posse.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.3 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 3, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.3. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Direitos Reais. São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.

TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO CIVIL VI – 68 h

Direitos reais. Propriedade. Evolução histórica, função social. Restrições ao Direito de propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direitos reais sobre coisa alheia. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Habilitação. Direito do Promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Multi propriedade. Tutela da propriedade.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.3 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 3, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.3. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Direitos Reais. São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.

TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I - 68 h

Noções Gerais. Conceituação. Histórico. Fontes. Princípio. Sistemas processuais. Investigação preparatória. Ação Penal. Jurisdição e competência. Incidentes processuais. Sujeitos processuais. Provas. Prisão e Liberdade provisória.

BIBLIOGRAFIA

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREDERICO MARQUES, José. Elementos de Direito Processual Penal. Bookseller: Campinas, 1997.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2002.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 1997.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II - 68 h

Citação e intimação. Sentença. Procedimento comum e procedimentos especiais. Juizado Especial Criminal. Tribunal do Júri. Nulidades. Recursos. Súmula Vinculante. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Relações Jurisdicionais com autoridades estrangeiras. Procedimento dos Crimes contra a Economia Popular. Procedimento nos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Procedimento nos crimes de imprensa. Procedimento na Lei 10.409/2002. Interceptação telefônica. Informática ou telemática. Lavagem de Dinheiro. Sigilo Financeiro. Prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Proteção a vítima e testemunha.

BIBLIOGRAFIA

- FRANCO, Alberto Silva et. Al. Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial. 7ª ed. São Paulo: RT, 2001.
- JESUS, Damásio Evangelista de. Lei Antitóxicos Anotadas. São Paulo: Saraiva, 2001.
- LIMA, Marcellus Polastri. Temas Controvertidos de Direito e Processo Penal. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 2000.
- MIRABETE, Julio Fabrini. Execução Penal. São Paulo: Atlas, 2002.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 2003.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – 136 h

Petição inicial: Requisitos, Emenda, Aditamento e Indeferimento. Tutelas provisórias. Improcedência Liminar. Audiência de Conciliação ou Mediação. Respostas do réu, espécies e revelia. Providências Preliminares e Saneamento. Julgamento conforme o Estado do Processo. Audiência de Instrução e Julgamento. Provas: Teoria Geral e Provas em Espécie. Sentença e coisa julgada. O processo nos Tribunais: Uniformização de Jurisprudência. Arguição de inconstitucionalidade. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Recursos: Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie. Ação Rescisória

BIBLIOGRAFIA

- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Processo Civil. Editora Saraiva.
- CINTRA, Antônio Carlos Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. Editora Malheiros.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (2015).
- DIDIER JR, Fredie. Curso de Processo Civil. Editora Podium.
- DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. Editora Atlas.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. Editora Saraiva.
- MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. Editora Revista dos Tribunais.
- NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. Editora Revista dos Tribunais.
- THEODORO JUNIOR, Humberto, Curso de Direito Processual Civil. Editora Forense.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Editora Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvin. Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Editora Revista dos Tribunais.

DIREITO PENAL II – 136 h

Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a saúde pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra a vida. Da lesão corporal. Dos crimes de periclitção à vida e à saúde. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade pessoal. Dos crimes contra a inviolabilidade de domicílio. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência e dos segredos.

BIBLIOGRAFIA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. Parte especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.

_____. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. Curso de direito penal – parte especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.

DELMANTO, Celso. Código Penal comentado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal – parte especial. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense.

HUNGRIA, Nelson. Comentários do Código Penal. Rio de Janeiro: Forense.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal – parte especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal – parte especial. Vol. 2. São Paulo: Atlas.

_____. Código Penal interpretado. São Paulo: Atlas.

CRIMINOLOGIA – 51 h

Objeto, método e função. Histórico do pensamento criminológico. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social. Tipos de criminosos. Teorias. O crime em suas formas, fatores e tipos. A criminalidade em suas formas, fatores e tipos. A construção de uma criminologia crítica. Pesquisa criminológica aplicada. Violência e criminalidade. A mídia e a criminalidade. Os movimentos contemporâneos de política criminal. Psicologia Forense.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO Salo de. Anti Manual de Criminologia - editora saraiva, 5ª edição.

ZAFFARONI Eugenio Raul. Saberes críticos. A palavra dos mortos. Conferencias de Criminologia Cautelar - editora saraiva

BACILA Carlos Roberto. Criminologia e estigmas - Um estudo sobre preconceitos- editora atlas – 4ª edição

MOLINA Antonio Garcia Pablos de e GOMES Luiz Flavio. Criminologia - coleção criminais - volume 5 - editora revista dos tribunais.

MAILLO Alfonso Serrano e PRADO Luiz Régis. Curso de criminologia - editora revista dos tribunais.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia - editora saraiva.

SUMARIVA Paulo. Criminologia - teoria e pratica - editora Impetus

ELBERT Carlos Alberto. Novo manual básico de CRIMINOLOGIA - tradução de Ney Fayet Junior - editora livraria do advogado

AUGUSTO DE SÁ Alvino. Criminologia clínica e execução penal - proposta de um modelo de terceira geração - editora revista dos tribunais

BITTAR Walter Barbosa (coordenador) - A criminologia no século XXI - editora Lumen Juris

DIREITO ELEITORAL – 51 h

Direito eleitoral. Conceito. Relação com outras disciplinas. Panorama histórico. Fontes. 2. Democracia. Teorias e princípios. Desenho constitucional. Modelos de democracia. Representação. Modelos de mandato. 3. Direitos políticos. Sufrágio e elegibilidade. Inelegibilidades e incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores: inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado. 4. Sistemas eleitorais. Princípio majoritário e princípio proporcional. Sistema distrital. 5. Sistemas de verificação de poderes. Justiça eleitoral brasileira. Organização e competência. 6. Partidos políticos. Tratamento constitucional e legal. Princípios, garantias e vedações. Direito de antena e fundo partidário. Fidelidade partidária. 7. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. 8. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos, totalização; impugnações e recursos.

BIBLIOGRAFIA

CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. Fidelidade partidária.

COSTA, Adriano Soares da. Teoria da inelegibilidade e o direito processual eleitoral.

COSTA, Tito. Recursos em matéria eleitoral.

GOMES, Suzana de Camargo. Crimes eleitorais.

MALBERG, Carré de. Teoría general del Estado.

MEZZAROBBA, Orides. Introdução ao direito partidário brasileiro.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais.

PONTES DE MIRANDA. Democracia, liberdade, igualdade.

PORTO, Walter Costa. Dicionário do Voto.

RIBEIRO, Fávila. Abuso de poder no direito eleitoral.

RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral.

SILVA, Luis Virgílio Afonso da. Sistemas eleitorais.

TAVARES, José Antonio Giusti. Sistemas eleitorais.

DIREITO URBANÍSTICO – 51 h

Conceito e Princípios Vetores. O Estatuto da Cidade como Disciplina da Vida no Perímetro Urbano e melhoria de suas condições. Função Social da Propriedade e Instrumentos para a sua Efetivação. Instrumentos Tributários do Urbanismo. Direito Urbanístico e Participação Popular.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

DALLARI, Adilson. Estatuto da Cidade. São Paulo : Malheiros, 2013.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Aluisio Pires & CARVALHO, Paulo César Pires de. Estatuto da Cidade, Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2015.

DIREITO FINANCEIRO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Definição e conteúdo do Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado e sua evolução. Sistema Financeiro Nacional. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Economia Pública e Financeira. Política Fiscal. Federalismo Fiscal e Desenvolvimento Regional. Análise Econômica do Direito.

BIBLIOGRAFIA

CONTI, José Mauricio. (Coord.). Orçamentos públicos. A Lei 4.320/1964 comentada. São Paulo: RT, 2008.

CREPALDI, Sílvio et al. Direito financeiro: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DE SANTI, Eurico Marco Diniz. (Coord.). Curso de Direito tributário e finanças públicas. Do fato à norma, da realidade ao conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2009.

FLEISCHACKER, Samuel. Uma breve história da justiça distributiva. Trad. de: Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FURTADO, J. R. Caldas. Elementos de direito financeiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GALDINO, Flávio. Introdução à teoria dos custos dos direitos. Direitos não nascem em árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 199-233.

MURPHY, Liam; NAGEL, Tomas. O mito da propriedade. Trad. de: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 16-54. (Obra indicada para o 2º fichamento).

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de direito financeiro. São Paulo: RT, 2006.

TAVARES, André Ramos. Direito constitucional econômico. São Paulo: Método, 2003.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. O direito ao mínimo existencial. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 35-82

ACKERMANN, Bruce. A nova separação dos poderes. Trad. de: Isabelle Maria Campos Vasconcelos, Eliana Valadares Santos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Trad. de: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALTOÉ, Marcelo Martins. Direito versus dever tributário. São Paulo: RT, 2009.

AMARAL, Gustavo. Direito, escassez e escolha. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ÁVILA, Humberto. Teoria da igualdade tributária. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. Sistema constitucional tributário. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2003.

BUFFON, Marciano. Tributação e dignidade humana. Entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CHULVI, Cristina Pauner. El deber constitucional de contribuir al sostenimiento de los gastos públicos. Madrid: CEPC, 2001.

FILHO, Sérgio Assoni. Crédito público e responsabilidade fiscal. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2007.

GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Trad. de: Arno Dal Ri Junior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

JÚNIOR, Maurício Alceu. A revisão judicial das escolhas orçamentárias. A intervenção judicial em políticas públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos. Coimbra: Coimbra, 1997.

NETO, Eurico Bitencourt. O direito ao mínimo para uma existência condigna. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

PETTER, Lafayette Josué. Princípios constitucionais da ordem econômica. O significado e o alcance do art. 170 da Constituição Federal. São Paulo: RT, 2005.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. Nudge. Improving decisions about health, wealth and happiness. New Haven: Yale University Press, 2008.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva. São Paulo: Malheiros. 2002.

UCKMAR, Victor. Princípios comuns de direito constitucional tributário. Trad. de: Marco Aurélio Greco. 2. ed. São Paulo: Malheiros. 1999.

XAVIER, Alberto. Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação. São Paulo: RT. 1978.

TÓPICOS EM TEORIA DO FEDERALISMO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Teoria do Estado -- O Estado Federal -- Tipos de federalismo -- Federalismo e constituição -- Federalismo e Poder Judiciário -- Federalismo e representação das partes -- Federalismo e descentralização -- Federalismo e pluralismo -- Federalismo e princípio da subsidiariedade -- Aspectos históricos do federalismo -- Federalismo norte-americano -- Federalismo brasileiro. Federalismo Fiscal e Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

BERCOVICI, Gilberto. Dilemas do Estado Federal Brasileiro. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2004.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral do Federalismo. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

CONTI, José Maurício (org.) Federalismo Fiscal. São Paulo, Editora Manole, 2001.

FURTADO, Celso, “Nova Concepção do Federalismo” in O Longo Amanhecer: Reflexões sobre a Formação do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pp. 45-56.

OATES, Willian. Federalismo Fiscal – tradução espanhola – Instituto de Estudio de Administración, Madrid, 1977.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes, República e Federação no Brasil: Traços Constitucionais da Organização Política Brasileira, Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

HORTA, Raul Machado (org.), Perspectivas do Federalismo Brasileiro, Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958, pp. 107-171.

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo. Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1999.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares, “A Federação no Brasil: Impasses e Perspectivas” in

AFFONSO, Rui de Brito Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). A Federação em

Perspectiva: Ensaio Selecionados, São Paulo, FUNDAP, 1995, pp. 57-75.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Federalismo no Contexto da Nova Ordem Global: perspectivas de (re) formulação da federação brasileira. Curitiba: Juruá, 2006.

BERCOVICI, Gilberto. Dilemas do Estado Federal Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

HESSE, Joachim Jens, "República Federal da Alemanha: Do Federalismo Cooperativo à Elaboração de Política Conjunta" in O Federalismo na Alemanha, Série Traduções nº 7, Konrad Adenauer-Stiftung 1995, pp. 117-137.

HORTA, Raul Machado. A Autonomia do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte, Tese de Titularidade (Faculdade de Direito da UFMG), 1964.

REZENDE, Fernando, OLIVEIRA, Fabrício Augusto de, (org.). Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro. Konrad Adenauer-Stiftung, 2003.

DIREITO DO TRABALHO I – 102 h

Normas e princípios fundamentais. Histórico da relação de trabalho. Relações jurídicas concernentes ao direito individual do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.

MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

FILOSOFIA DO DIREITO – 102 h

Perspectivas paradigmáticas da Filosofia do Direito. Questões fundamentais da Filosofia do Direito: liberdade, igualdade, poder. Teorias da justiça. Temas contemporâneos da Filosofia do Direito.

BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. Conceito e Validade do Direito. Martins Fontes.

BITTAR, Eduardo & ALMEIDA, Guilherme assis. Curso de Filosofia do Direito. Atlas.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Campus.

———. Liberalismo e democracia. Brasiliense.

———. Dicionário de Política. UnB.

FARRALI, Carla. A filosofia contemporânea do direito. Martins Fontes.

FERRAZ JR., Tercio. Argumentação jurídica. Manole.

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls. Martins Fontes.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos. Companhia das Letras.

MORRISON, Wayne. Filosofia do Direito: dos gregos ao pós-modernismo. Martins Fontes.

KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea. Martins Fontes.

RIBAS, Christina Miranda. Justiça em tempos sombrios. Ed. UEPG.

SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Civilização Brasileira.

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE PENAL I – 102h

Atividades práticas tendo por base processos concretos já concluídos, e relativos à natureza de crimes que envolveram todos os ritos procedimentais, proporcionando ao aluno, um

sólido conhecimento de toda tramitação e incidentes ocorridos, com contato efetivo de todas as peças. Redação de peças então conhecidas, sobre hipóteses abstratas. Visitas às sedes dos órgãos repressivos penais, com a finalidade de conhecer o funcionamento prático da persecução penal. Pesquisa facultativa sobre temas da atualidade e polêmicos.

BIBLIOGRAFIA

BEDÊ JÚNIOR, Américo. Princípios do processo penal: entre o garantismo e a efetividade da sanção. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral, São Paulo : Saraiva.

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do júri. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PRÁTICA Penal. 10 ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RODRIGUES, Ruben Tedeschi. Práticas forenses. São Paulo: Mundo Jurídico.

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE CIVIL I – 102 h

Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados cíveis, com redação de peças e atos processuais e de rotinas processuais. Exames de processos findos. Acompanhamento às audiências e sessões dos Tribunais, visita a órgãos judiciários e outros da área jurídica, seminários e trabalhos simulados. Das práticas profissionais dos diversos operadores do direito. Pesquisa facultativa, consistente na elaboração de trabalho acadêmico desenvolvido, conforme projeto aprovado na forma regulamentar da UEPG.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Processo Civil. Saraiva.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. Saraiva.

DIDIER, Fredie. Curso de Processo Civil. 16ed. Editora JusPosivm

HAZARD JR., Geoffrey C. e DONDI, Angelo. Ética Jurídica: um estudo comparativo. São Paulo: Martins Fontes.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. Revista dos Tribunais.

MATIELLO, Fabrício Zamprogna. Código Civil Comentado. LTr.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 8a. ed. Revista dos Tribunais.

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume Único. 3ª. edição. Editora Método.

SÁ, Renato Montans de. Direito Processual Civil. Editora Saraiva.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil.

DIREITO TRIBUTÁRIO I – 68 h

Noções distintivas entre Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. Competência Tributária. Limites ao poder de tributar. Espécies Constitucionais de Tributos. Imunidades.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*, São Paulo: Saraiva.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL, Código Tributário Nacional.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – 68 h

Conceito e Definição de Direito Tributário. Tributo. Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Normas Gerais de Direito Tributário. Regra Matriz de Incidência Tributária. Crédito Tributário e Lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção da Obrigação Tributária (Crédito Tributário). Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*, São Paulo: Saraiva.

BALEEIRO, Aliomar. Atualizadora DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL, Código Tributário Nacional.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – 68 h

Processo de execução. Fase de cumprimento de sentença. Das várias espécies de execução.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil : inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil - Reescrito com base no NOVO CPC – v.1 e 2. Salvador: Editora Jus Podium, 2015.

DIDIER JR, CUNHA, BRAGA, OLIVEIRA, Fredie, Leonardo Carneiro da, Paula Sarno, Rafael. Curso de Direito Processual Civil. Execução. Salvador: Editora Jus Podium, 2015.

FAGUNDES CUNHA, José Sebastião (coord). Código de Processo Civil comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Volume 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, Luiz Guilherme, Sergio Cruz, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NERY JUNIOR e ANDRADE NERY, Nelson e Rosa Maria de. Comentários ao Código de Processo Civil – Novo CPC – Lei 13105/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC. Inovações, alterações, supressões comentadas. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2015.

THEODORO JUNIOR, NUNES, Humberto, Dierle e outros. Novo CPC - Fundamentos e Sistematização. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2015.

WAMBIER e TALAMINI, Luiz Rodrigues e Eduardo. Curso Avançado De Processo Civil – V. 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, DIDIER JR, TALAMINI e DANTAS, Tereza Arruda Alvim, Fredie e Eduardo e Bruno. Breves comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e Luiz Rodrigues (coord). Novo Código de Processo Civil: comparado artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – 34 h

Oposição à execução forçada e à fase de cumprimento de sentença (resistência do devedor e de terceiros). Tutela inibitória.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil : inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil - Reescrito com base no NOVO CPC – v.1 e 2. Salvador: Editora Jus Podium, 2015.

DIDIER JR, CUNHA, BRAGA, OLIVEIRA, Fredie, Leonardo Carneiro da, Paula Sarno, Rafael. Curso de Direito Processual Civil. Execução. Salvador: Editora Jus Podium, 2015.

FAGUNDES CUNHA, José Sebastião (coord). Código de Processo Civil comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Volume 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, Luiz Guilherme, Sergio Cruz, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NERY JUNIOR e ANDRADE NERY, Nelson e Rosa Maria de. Comentários ao Código de Processo Civil – Novo CPC – Lei 13105/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC. Inovações, alterações, supressões comentadas. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2015.

THEODORO JUNIOR, NUNES, Humberto, Dierle e outros. Novo CPC - Fundamentos e Sistematização. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2015.

WAMBIER e TALAMINI, Luiz Rodrigues e Eduardo. Curso Avançado De Processo Civil – V. 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, DIDIER JR, TALAMINI e DANTAS, Tereza Arruda Alvim, Fredie e Eduardo e Bruno. Breves comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim e Luiz Rodrigues (coord). Novo Código de Processo Civil: comparado artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III – 34 h

Recurso Especial e Extraordinário. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança.

BIBLIOGRAFIA

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: RT, 2015.

BONFIM, Edílson Mougnot. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2016.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2016

DIREITO IMOBILIÁRIO – 51 h

Princípios e Sistemas Registrais. Retificação de Registro Imobiliário. Dívida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário.

BIBLIOGRAFIA

GOMES, Orlando. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FIORANELLI, Ademar. Direito Registral Imobiliário. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. São Paulo: Saraiva, 2001.

CARVALHO, Afrânio. Registro de Imóveis. Rio de Janeiro: Forense.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Tratado dos Registros Públicos. Brasília: Brasília Jurídica.

MUKAI, Toshio. O Estatuto da Cidade. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Condomínio e Incorporações. Rio de Janeiro: Forense.

TEPEDINO, Gustavo. Multipropriedade imobiliária. São Paulo: Saraiva.

DIREITO EMPRESARIAL I – 68 h

Direito Comercial: notas introdutórias e fases históricas. Direito Comercial no Brasil. Código Comercial e o Código Civil. Atos do comércio. Teoria da Empresa. Empresário, elementos para caracterização. Empresário individual e responsabilidade patrimonial. EIRELI e responsabilidade patrimonial. Sociedade simples e sociedade empresária. Estabelecimento. Trespasse. Cláusula de não concorrência. Aviamento. Cessão de Cotas. Proteção do ponto comercial e exceção de retomada. Nome empresarial: princípios, vedações e espécies. Livros comerciais.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. Vol.1. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

MAMEDE, Gladston. *Direito Empresarial Brasileiro. Vol. 1. Empresa e Atuação Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa*. Vol 1. São Paulo: Saraiva, 2014.

FILHO, José Maria Rocha. *Curso de Direito Comercial*. 3ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIZZARDO, A. *Direito de Empresa*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. *Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário*. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2013.

DIREITO EMPRESARIAL II – 34 h

Sociedades empresariais em espécie: Sociedades em nome coletivo. Sociedades em comandita simples. Sociedades em conta de participação. Sociedades limitadas. Dissolução das sociedades contratuais. Sociedades coligadas e controladas. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedades dependentes de autorização. Nacionalidade das sociedades. Sociedades por Ações. Sociedade anônima: características estruturais e funções econômicas. Companhias abertas e fechadas. A sociedade anônima e o mercado de capitais. Sociedade anônima: constituição. Formação do capital social. Espécies e classes de ações. Outros títulos das SAs: as partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição e commercial papers. Direitos e deveres de acionistas. Deliberações sociais: assembléias gerais e especiais. Administração. Conselho fiscal. Aumento e redução do capital social. Lucros sociais e sua distribuição. Negócios sobre o controle acionário. Sociedade anônima: dissolução e liquidação. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Os grupos societários: coligação e controle, participação recíproca, responsabilidades administrativas, demonstrações financeiras, subsidiária integral. Os grupos societários convencionais: grupo de subordinação, o consórcio. As sociedades em comanditas por ações. Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda empresarial. Contratos de cooperação empresarial: Comissão, representação, concessão, franquia, distribuição, transferência de tecnologia. Contratos bancários: Mútuo, desconto, abertura de crédito, crédito documentário. Contratos bancários impróprios: Alienação fiduciária em garantia, faturização, arrendamento mercantil, cartão de crédito. Contratos de seguro.

BIBLIOGRAFIA

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P., *Curso Avançado de Direito Comercial*. São Paulo: RT.

CAMPINHO, Sergio., Direito de empresa à luz do novo Código Civil, Editora Renovar.
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa – Comentários aos arts. 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: RT.

_____. Lições de Direito Societário. v. I e II. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira.

ISFER, Edson. Sociedades Unipessoais & Empresas Individuais. Curitiba: Juruá

TOKARS, Fabio., Primeiros Estudos de Direito Empresarial, Editora LTr

TOKARS, Fabio., Sociedades Limitadas, Editora LTr

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FORGIONI, Paula. Fundamentos do Antitruste. São Paulo: Malheiros.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito Concorrencial: as estruturas. São Paulo: Malheiros.

FABIO ULHOA COELHO. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CIVIL VII – 68 h

Direito das Famílias. Evolução histórica. Princípios aplicáveis. Conceito de família. Novos arranjos familiares. Casamento. Processo habilitação.

Direito das Famílias. Evolução histórica. Princípios aplicáveis. Conceito de família. Novos arranjos familiares. Casamento. Processo habilitação. Impedimentos. Celebração e prova do casamento. Invalidade. Efeitos jurídicos e os regimes de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Divórcio. União estável: evolução histórica e tutela constitucional. Direito parental. Relações de parentesco e filiação. Princípios. Direito assistencial. Poder familiar. Tutela e curatela. Alimentos.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.4 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 4, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.4. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Direitos Família e Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.

TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO CIVIL VIII – 68 h

Direito das Sucessões: aspectos históricos e principiológicos. Sucessão legítima e ordem de vocação hereditária. Sucessão em linha reta: ascendente e descendente. Sucessão do cônjuge. Concorrência. Sucessão na união estável: distinções. Sucessão colateral. Sucessão do Estado. Sucessão testamentária: espécies de testamento. Disposições testamentárias. Legados. Substituições. Execução e inexecução do testamento. Inventário. Partilha. Colação e Sonogados.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Sucessões. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil. V.4 São Paulo. Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Curso de Direito Civil. V. 4, São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro, v.4. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Direitos Família e Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2016. Edição atualizada.
TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo: Editora Método, 2016.

TÓPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre aspectos polêmicos do Direito Administrativo. Jurisdição administrativa no direito comparado. Vinculação e discricionariedade: limites e possibilidades do controle jurisdicional da Administração Pública. O princípio da supremacia do interesse público e o regime jurídico administrativo. Segurança jurídica e as alterações no regime jurídico dos servidores públicos. Aspectos polêmicos do regime disciplinar dos servidores públicos.

BILBIOGRAFIA

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Direito Administrativo. 4. ed. São Paulo:Saraiva, 2008
CAETANO, Marcello. Princípios fundamentais do direito administrativo. Rio de Janeiro : Forense, 1989.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas.
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.
JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva.
MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros.
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.

TÓPICOS EM DIREITO PENAL – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Direito Penal e Interesses Difusos. Direito Penal Econômico: Origem e Conceito. Relação com o Direito de Mera Ordenação Social. Delimitação do Direito Penal Secundário. Importância e Efeitos da Delinquência Econômica. Estudo Criminológico do Crime e Criminoso Econômico: Teoria do White-Collar Crime e Crime Organizado. Direito Penal Econômico no Brasil. Os reflexos da Constituição Econômica no Direito Penal. Ordem Econômica e Tutela da Livre Concorrência e Livre Iniciativa. Proteção do Consumidor e das Relações de Consumo no âmbito do Direito Penal. Delitos contra o Sistema Financeiro Nacional, o Sigilo das Operações Financeiras e Finanças Públicas. Ordem Tributária e Delitos de Contrabando e Descaminho. Sistema Previdenciário e Tutela Mediata das Prestações Públicas e Sociais. Concurso de Pessoas e Direito Penal Econômico. A Problemática da Pessoa Jurídica.

BIBLIOGRAFIA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal – Parte Geral, vol. I. São Paulo: Saraiva, 2002.
BACIGALUPO, Silvina. Responsabilidad Penal de las Personas Jurídicas. Buenos Aires: Hammurabi, 2001.

EISELE, Andreas. Crimes contra a Ordem Tributária. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2002.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Direito Penal do Consumidor: código de defesa do consumidor. e lei nº 8.137/90. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu (coord.). Direito Penal Econômico e Europeu: textos doutrinários. vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Econômico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo: Crimes Federais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SILVA-SANCHEZ, Jesús Maria: A expansão do Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CALLEGARI, André Luís: Direito Penal Econômico e lavagem de dinheiro – aspectos criminológicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza: Leis Penais Especiais Comentadas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TORTIMA, José Carlos: Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – uma contribuição ao estudo da Lei nº 7.492/86. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000

DIREITO ECONÔMICO – 51 h

Estudos avançados nos seguintes tópicos: Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Empresas Públicas e Parcerias Público-privadas. Agências Reguladoras. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional.

BIBLIOGRAFIA

BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico. Série Leituras Jurídicas. vol. 29. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NUSDEO, Fabio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. São Paulo: LTr, 2003.

ARAGÃO, Alexandre Santos de (coord.). O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BAGNOLI, Vicente. Introdução ao Direito da Concorrência: Brasil-Globalização União Européia-Mercosul-ALCA. São Paulo: Singular, 2005.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003.

SUCCAR, Paulo Egídio Seabra; BAGNOLI, Vicente. Estudos de Direito da Concorrência. São Paulo: Mackenzie, 2004.

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 34 h

Desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso, na forma de monografia, sob a orientação de um docente e com apresentação para banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas Brasileiras de Referência. Apresentação, 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica. Teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 10. ed. São Paulo: RT, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade; Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Manual de Normalização Bibliográfica para Trabalhos Científicos. 3. ed. Ponta Grossa: EDUEPG, 2014.

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE PENAL II – 102 h

Atividades voltadas a assistência jurídica penal a população menos favorecida, a ser prestada no Núcleo de Prática Jurídica, ou através de convênios com órgãos públicos, associados ou escritórios credenciados e acompanhados por professores do NPJ. A assistência deverá abranger não somente a fase processual, mas também a inquisitorial e, não somente aos acusados, como também as vítimas. A referida prestação de serviços contemplará tanto a fase de conhecimento quanto a fase de execução da pena.

BIBLIOGRAFIA

BEDÊ JÚNIOR, Américo. Princípios do processo penal: entre o garantismo e a efetividade da sanção. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral, São Paulo : Saraiva.

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do júri. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PRÁTICA Penal. 10 ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RODRIGUES, Ruben Tedeschi. Práticas forenses. São Paulo: Mundo Jurídico.

DIREITO CONSTITUCIONAL III – 34 h

Constitucionalismo e Jurisdição Constitucional. Controle de Constitucionalidade e História Constitucional. Legitimidade e Justiça Constitucional. Jurisdição Constitucional e Teoria da Decisão Judicial. Jurisdição Constitucional e Democracia. Constituição e Processo. Direito Constitucional Processual. Teoria do Processo Constitucional. Classificação dos Sistemas de Jurisdição Constitucional. Configuração e características do processo objetivo no Brasil. Modalidades de Controle. Tipos de Inconstitucionalidade. Ações do Controle Judicial Abstrato no Brasil. Eficácia da Sentença na Jurisdição Constitucional.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais. São Paulo: Atlas.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais.

HECK, Luís Afonso. Jurisdição Constitucional: teoria da nulidade versus teoria da nulificabilidade das leis. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

LUNARDI, Soraya. Teoria do Processo Constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos.

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Saraiva.

MORAES, Alexandre de. Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia da supremacia da constituição.

MORAES, Guilherme Peña de. Justiça Constitucional: limites e possibilidades da atividade normativa dos tribunais constitucionais. São Paulo: Atlas.

ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO EMPRESARIAL III – 34 h

Títulos de crédito: crédito; cambiabilidade; obrigações representáveis; definição legal. Títulos de Crédito: princípios gerais do Direito Cambiário; classificação dos títulos de crédito; requisitos; emissão; transferência; aval; adimplemento e inadimplemento. Letra de câmbio: aspectos gerais; características; regime legal; requisitos legais; prescrição. Nota promissória: noção; características; regime legal; requisitos legais; prescrição. Cheque: conceito; pressupostos de emissão; requisitos; circulação; modalidades de cheques; prescrição. Duplicatas: Causalidade; aceite; exigibilidade; espécies. Títulos de Crédito Impróprios: modalidades; características.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. vol. I. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Títulos de Crédito. vol. III. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Claudia. Direito Civil. Direito Empresarial. Vol. VIII, 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. 8. ed. São Paulo: Forense, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 37. ed. São Paulo: Forense, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. vol. II. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. vol. II. 5. ed. 2014.

DIREITO EMPRESARIAL IV- 68h

Recuperação judicial e extrajudicial de empresas: Noções gerais. Caracterização. Processamento da Recuperação judicial. Plano de recuperação. Efeitos quanto aos direitos dos credores, aos bens e a pessoa do empresário, e aos contratos. Processo da recuperação judicial e extrajudicial. Falência: noções gerais. Caracterização. Processo da falência. Declaração da falência. Efeitos quanto aos direitos dos credores, aos bens e a pessoa do falido, e às obrigações. Ação revogatória. Administração da falência. Arrecadação, pedido de restituição e embargos de terceiros. Habilitação e classificação dos créditos. Liquidação e pagamento de credores. Crimes falimentares: inquéritos e tipificação. Extinção das obrigações.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. vol. III. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas. vol. IV. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Claudia. Direito Civil. Direito Empresarial. Vol. VIII. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. 8. ed. São Paulo: Forense, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Comentários à nova lei de Falências e Recuperação de Empresas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. São Paulo: Saraiva, 2014.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. vol. III. 5. ed. 2014.

DIREITO TRIBUTÁRIO III – 68 h

Tributos em Espécie. Tributos Federais. Tributos Estaduais. Tributos Municipais. Processo Administrativo Tributário.

BIBLIOGRAFIA

BALEEIRO, Aliomar. Atualizadora DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL, Código Tributário Nacional.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva.

CAIS, Cleide Previtalli. *O Processo Tributário*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V – 51h

Tutela dos direitos mediante procedimentos especiais e diferenciados. Teoria geral dos procedimentos especiais. Principais ações tipificadas no título III da parte especial e dos procedimentos de jurisdição voluntária.

BIBLIOGRAFIA

- Alvim, Eduardo Arruda – Direito Processual Civil - Editora Revista Dos Tribunais
- Dinamarco, Cândido Rangel – “A Reforma Do Código De Processo Civil” – Malheiros Editores. A Instrumentalidade Do Processo, Editora Revista Dos Tribunais. Fundamentos Do Processo Civil Moderno, Editora Revista Dos Tribunais. Instituições De Direito Processual Civil, Malheiros Ed.
- Gonçalves, Marcus Vinicius Rios – Novo Curso De Direito Processual Civil, Volume 03, Editora Saraiva.
- Greco, Francisco Vicente – “Direito Processual Civil Brasileiro” – Saraiva.
- Marinoni, Luiz Guilherme E Arenhart, Sérgio Cruz. Procedimentos Especiais, Editora Revista Dos Tribunais.
- Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz E Mitidiero, Daniel. – Novo Curso De Processo Civil, 03 Volumes, Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferenciados, Thomson Reuters Revista Dos Tribunais
- Marques, José Frederico – “Manual De Direito Processual Civil – Saraiva
- Medina, José Miguel Garcia, Araújo, Fabio Caldas De, E Gajardoni, Fernando Da Fonseca. – Procedimentos Cautelares E Especiais Da Editora Revista Dos Tribunais
- Miranda, Francisco Cavalcanti Pontes De Miranda – “Comentários Ao Código De Processo Civil”, Forense.
- Paula, Alexandre De – “O Processo Civil À Luz Da Jurisprudência – Forense.
- Silva, Ovídio A Baptista Da – “ Curso De Processo Civil.
- Theodoro Júnior, Humberto – “Curso De Direito Processual Civil” – Forense.
- Wambier, Luiz Rodrigues, Flávio Renato Correia De Almeida E Eduardo Talamini – “Curso Avançado De Processo Civil”.
- Wambier, Teresa Arruda Alvim; Conceição, Maria Lúcia Lins; Ribeiro, Leonardo Ferres Da Silva Ribeiro E Mello, Rogerio Licastro Torres De, - Primeiros Comentários Ao Novo Código De Processo Civil, Thomson Reuters Revista Dos Tribunais
- Wambier, Teresa Arruda Alvim E Wambier, Luiz Rodrigues – Novo Código De Processo Civil Comparado, Editora Revista Dos Tribunais.

DIREITOS HUMANOS – 68 h

Conceituação de Direitos Humanos. Perspectiva histórica. As gerações e suas críticas. Principais documentos internacionais, regionais e nacionais. Universalidade X Relatividade. Proteção na Constituição de 1988. Sistemas de Proteção internacional. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. Sistemas de Proteção Regional. Direitos Civis e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Segurança Pública e Direitos Humanos. Os tratados internacionais de proteção aos portadores de necessidades especiais. O estatuto dos portadores de deficiência. Direitos humanos e política de prevenção ao uso indevido de drogas e políticas que versam sobre relações étnico-raciais e afro descendentes.

BIBLIOGRAFIA

- ADEODATO, João Maurício. A Retórica Constitucional: sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos do direito positivo. Saraiva, 2010.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva
- DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora Unisinos.

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: curso elementar. São Paulo: Saraiva.

_____. Direito Internacional dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva.

LAFER, Celso. Reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Companhia das Letras

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri. (organizadores) Direito Constitucional Internacional dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: Fórum.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva.

_____. Direitos Humanos e Justiça Internacional. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Boaventura de Souza. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. Coimbra: Almedina.

ÉTICA PROFISSIONAL - 51 h

Noções Gerais de Deontologia. Ética e Direito. Ética e as Profissões Jurídicas. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina da OAB.

BIBLIOGRAFIA

BITTAR, Carlos Alberto. Curso de Ética Profissional: ética geral e profissional. São Paulo – Editora Saraiva. 2002.

NALINI, José Renato. Ética Geral e profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999.

LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia. Curso de Deontologia Jurídica. Ed. Saraiva.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica. Ética das Profissões Jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PERELMAN, Chain. Ética e Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE CIVIL II - 102 h

Assistência jurídica à população carente nas áreas cível e trabalhista, prestada no Núcleo de Prática Jurídica, ou de atividade conveniada junto à Defensoria Pública ou outros órgãos jurídicos. Prestação de serviços jurídicos e técnicos de negociação, sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Processo Civil. Saraiva.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. Saraiva.

DIDIER, Fredie. Curso de Processo Civil. 16ed. Editora JusPosivm

HAZARD JR., Geoffrey C. e DONDI, Angelo. Ética Jurídica: um estudo comparativo. São Paulo: Martins Fontes.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. Revista dos Tribunais.

MATIELLO, Fabrício Zamprogna. Código Civil Comentado. LTr.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 8a. ed. Revista dos Tribunais.

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume Único. 3ª. edição. Editora Método.

SÁ, Renato Montans de. Direito Processual Civil. Editora Saraiva.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Revista dos Tribunais.

DIREITO DO TRABALHO II – 68h

Teoria geral do Direito Coletivo do Trabalho. Organização sindical brasileira. Negociação coletiva trabalhista. Direito de greve. Formas de solução dos conflitos coletivos. Fundamentos de direito intencional do trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Convenções e recomendações da OIT. Livre circulação de trabalhadores e MERCOSUL.

BIBLIOGRAFIA

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito sindical. 5ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 9ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. Direito coletivo do trabalho. 5ed. São Paulo: LTr, 2014.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de direito do trabalho. 7ed. São Paulo: Método, 2015.

MERCOSUL. Declaração sóciolaboral do Mercosul.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de direito do trabalho, v2. São Paulo: LTr, 1991.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenções

DIREITO DO TRABALHO III – 68h

Mecanismos de solução de conflitos trabalhistas. Jurisdição Trabalhista. A Justiça do Trabalho: órgãos, histórico e composição. Competência da Justiça do Trabalho. As Ações Trabalhistas e a Prescrição. Ações Trabalhistas: elementos e princípios. Ritos Processuais: ordinário, sumaríssimo e de alçada. As partes no Processo do Trabalho. Petição Inicial: elementos, requisitos e processamento. Resposta do Réu: contestação, reconvenção e exceções. Audiência Trabalhista. Provas. Sentença Trabalhista. Recursos Trabalhistas. Execução no Processo do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Curso de Direito Processual do Trabalho – Amauri Mascaro Nascimento – Saraiva.

Curso de Direito Processual do Trabalho – Gustavo Filipe Barbosa Garcia – Forense.

Direito Processual do Trabalho – Sérgio Pinto Martins – Atlas.

Direito Processual do Trabalho – Wagner D. Giglio e Cláudia Giglio Veltri Côrrea – Saraiva

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM – 51 h

Estudo e análise de métodos alternativos de resolução de disputas com a arbitragem, a mediação e a negociação. Aplicação da Lei 9.307/96 por intermédio de estudo. Noções de Psicologia da Relações Humanas.

BIBLIOGRAFIA

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2014

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. São Paulo : Atlas, 2009

CRETELLA NETO, José. Comentários a lei de arbitragem brasileira. Rio de Janeiro : Forense, 2007

DINAMARCO, Candido Rangel. A arbitragem na teoria geral do processo. São Paulo : Malheiros, 2013

FREITAS, JR. Antonio Rodrigues de; SERAU JUNIOR, Marco Aurelio. Mediação e direitos humanos – tema atuais. São Paulo : LTr, 2014

LEITE, Eduardo de Oliveira. Grandes temas da atualidade – mediação, arbitragem. Rio de Janeiro : Forense, 2008

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2008

PETRONIO, Calmon. Fundamentos da mediação e da conciliação. Brasília : Gazeta Jurídica, 2013

SALOMÃO, Luis Felipe; ROCHA, Caio Cesar Vieira. Arbitragem e mediação. São Paulo Atlas, 2015

SCAVONE JR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem. Rio de Janeiro : Forense, 2014

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – 51 h

Noções básicas. Objeto do Direito Internacional Privado. Retrospecto Histórico do Direito Internacional Privado. Fontes de Direito Internacional Privado. Condição Jurídica do Estrangeiro. Vistos – conceito, espécies, naturalização. Competência Internacional e Objetos de Conexão. Elementos de conexão. Ordem Pública, Fraude à Lei, Reenvio, Retorno, Devolução ou Remissão, Questão Prévia, Direitos Adquiridos. Sistema de homologação de sentença, Reconhecimento de Sentença Estrangeira. Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil. Direito Processual Civil Internacional – Litispendência Internacional, Caução de Processo, Capacidade Processual da Parte, Assistência Judiciária Gratuita, Regime Jurídico dos Documentos de Procedência Estrangeira.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

STRENGER, Irineu. Direito internacional privado: parte geral, direito civil internacional, direito comercial internacional. São Paulo: LTr, 2005.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: arbitragem comercial internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. ARAUJO, Nádia. Direito Internacional Privado. Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar.

CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Ed. Forense.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – 51 h

Direito da criança e do adolescente. Doutrina da proteção integral. A proteção internacional da família e da criança. A história da proteção da criança desassistida e carente; a roda dos expostos. A disputa entre a filantropia e a caridade a partir do final do século XIX. O ciclo da ação social dos juízes de menores: código Mello Mattos de 1927 e o código de menores de 1979. Instituições públicas e privadas. A proteção da criança e do adolescente na constituição de 1988. O estatuto da criança e do adolescente (lei 8.069/90). O direito fundamental da convivência familiar. Família substituta: guarda, tutela e adoção. Disciplina legal. Requisitos. Adoção por estrangeiros. A instrumentalização política da proteção da criança e do adolescente na lei 8.069/90. Os conselhos de direitos. Os fundos da criança e do adolescente. Os conselhos tutelares. A municipalização do atendimento. O ato infracional

e os direitos individuais do adolescente. A justiça da infância e da juventude. Os crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente. A proteção judicial dos interesses individuais difusos e coletivos e as ações de responsabilidade por ofensa a criança. O direito a profissionalização e a proteção no trabalho. A criança e o adolescente e os meios de comunicação. Princípios constitucionais, normas estatutárias.

BIBLIOGRAFIA

CURY, Munir. Estatuto da criança e do adolescente anotado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

LOBO, Kátia Regina Ferreira; Maciel, Andrade (Coordenadores). Curso de Direito da Criança e do adolescente – Aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescente. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf. Acesso em: 29 de set. de 2014.

FRAGA, Thelma. A Guarda e o direito à Visitação sob o prisma do Afeto. Niterói: Impetus, 2005. MARTINS, Adalberto. A proteção constitucional ao trabalho de crianças e adolescentes. São Paulo: LTr, 2002.

RAMOS, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers. O Poder Familiar e a Guarda Compartilhada sob o enfoque dos novos paradigmas do Direito de Família. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

SEMIÃO, Sergio Abdalla. Os Direitos do Nascituro. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Família, Guarda e Autoridade Parental. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TÓPICOS EM FILOSOFIA DO DIREITO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: O problema da Justiça: idéia e justificação. A concepção grega de Justiça: a noção original (Justiça como proporção e reciprocidade) e as teorizações platônica (Virtude Universal) e aristotélica de Justiça (Justiça Geral e Particular; Justiça Distributiva e Retributiva). Análise histórica sobre a Justiça como retribuição. A Teoria da Justiça de John Rawls: uma concepção política e não metafísica da Justiça; enfoque contratualista e interdisciplinar. Crítica neoliberal de Nozick a Rawls: uma teoria histórica e sem padrão de justiça. O neoliberalismo de F.A. Hayek: a Miragem da Justiça Social. Teorias Comunitarianas da Justiça e Crítica ao Liberalismo: A crítica comunitarista de M. Sandel a Rawls; Esferas da Justiça e Teorias dos Bens em Michael Walzer; Tradição e Justiça em Alasdair MacIntyre.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Brasília: Editora UNB, livro V, 1985.

CITTADINO, Gisele. Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.

DE VITA, Álvaro. Justiça Liberal, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

DOMINGUES, José Maurício. Do Ocidente à Modernidade. Rio de Janeiro: Ci-vilização Brasileira, 2003, capítulo 7.

- DWORKIN, Ronald. *A Virtude Soberana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* Brasília: Editora UNB, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia. Entre Faticidade e Validade*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1998, cap. 3.
- HART, Herbert L. A. *O Conceito de Direito*. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian., 1994.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. “Desenvolvimento com Justiça Social. Esboço de uma Agenda Integrada para o Brasil”. IETS, Policy Paper n.1, 2001
- LUHMANN, Niklas. *A Nova Teoria dos Sistemas*. (orgs. NEVES, C. Baeta; RA-MOS, M. Barbosa). Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.
- MacIntyre, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* São Paulo: Loyola, 1991.
- NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1991.
- PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006, livro I.
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (orgs). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2003.
- POSNER, Richard. *Problemas de Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.
- RAWLS, John. *Justiça e Democracia. Seleção, apresentação e glossário Catherine Audard ; tradução Irene A. Paternot*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- _____. *Justiça como Eqüidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
- _____. *O direito dos povos. Seguido de “A idéia de razão publica revista”*. tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001
- SANDEL, Michael. *Liberalism and the Limits of Justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As Causas da Pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SCHUARTZ, Luis Fernando. *Norma, Contingência e Racionalidade. Estudos Pre-paratórios para uma Teoria da Decisão Jurídica*. Rio de Janeiro: Editora Re-novar, 2005.

DIREITO E SEGURIDADE SOCIAL – 51 h

Noção de Direito e Seguridade Social. Princípios constitucionais da Seguridade Social. Origens históricas da Seguridade Social no direito comparado e no constitucionalismo brasileiro. Financiamento da Seguridade Social. Os direitos fundamentais sociais integrados à Seguridade Social. Direito à Saúde e legislação específica. Direito à Assistência Social e a LOAS. Direito Previdenciário e a proteção social. Noção de seguro social. Legislação Previdenciária em face aos benefícios previdenciários em espécie e os beneficiários. Crimes contra a Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA

BARROS JÚNIOR, Edmilson de Almeida. Direito previdenciário médico: benefícios por incapacidade laborativa e aposentadoria especial/Edmilson de Almeida Barros Júnior, São Paulo: Atlas, 2010.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. Constituição: um olhar sobre as minorias vinculadas à seguridade social/Jane Lucia Wilhelm Berwanger, Osmar Veronese./2ª edição./Curitiba: Juruá, 2015. 168p.

BERNARDO, Leandro Ferreira. Direito previdenciário na visão dos tribunais/Leandro Ferreira Bernardo, William Fracalossi.- 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO. 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil, Ed. Saraiva, 2015.

CLT, CPC, Legislação Previdenciária e CF/88 + Legislação Complementar. Ed. Saraiva. 4 em 1.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Curso de direito de seguridade social/Marcus Orione Gonçalves Correia, Érica Paula Barcha Correia – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.

Direito previdenciário revisitado/Coordenado por Cleci Maria Dartora, Jane Lucia Wilhelm Berwanger e Melissa Folmann.- Porto Alegre: Magister, 2014.

Direito da previdência e assistência social: elementos para uma compreensão interdisciplinar/Paulo Afonso Brum Vaz; José Antonio Savaris (organizadores) – Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. 463p.

FARINELI, Alexsandro Menezes. Previdência fácil: Manual prático do advogado previdenciário/Alexsandro Menezes Farineli – Leme/SP: Mundo Jurídico, 2012.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à Lei Básica da Previdência Social – CD. Brasília: LTr/Rede Brasil.

NEVES, Gustavo Bregalda. Manual de direito previdenciário: direito de seguridade social/Gustavo Bregalda Neves.- São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Juliana Xavier. Direito Previdenciário Esquemático. Curitiba: Juruá, 2008.

ROCHA, Daniel Machado da. Curso de direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação do direito previdenciário/Daniel Machado da Rocha, José Antonio Savaris – Curitiba: Alteridade Editora, 201. 4530,; 23 cm.

SAVARIS, José Antonio. Direito Processual Previdenciário. Curitiba: Juruá, 2008.

SAVARIS, José Antonio. Direito Processual Previdenciário. Curitiba: Alteridade Editora Juruá, 2016.

SAVARIS, José Antonio (coord.). Direito previdenciário: problemas e jurisprudência/coordenação José Antonio Savaris- Curitiba: Alteridade Editora, 2014. 478p.; 23cm.

TÓPICOS EM DIREITO TRIBUTÁRIO – 51 h

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Dupla tributação e bis-in-idem. Evasão Fiscal Internacional. A Norma ANTIELISIVA. Planejamento Tributário. Fraude à lei fiscal. Teoria do Abuso das Formas. Normas de Colisão. Fontes do Direito Tributário Internacional. Convenção Modelo OCDE. Interpretação dos Tratados. Procura-se familiarizar o aluno fórmulas de tributação internacional, com ênfase em problemas de bitributação. Estuda-se a jurisprudência internacional em matéria de planejamento tributário. A Segurança Tributária. As Limitações Jurídicas Constitucionais Ao Poder De Tributar. A Estrita Legalidade Fiscal. A

Certeza E A Boa-Fé. A Verdade Fiscal. A Experiência Tributária Estrangeira E Internacional. A Jurisprudência Tributária. Cortes Administrativas. Cortes Judiciais. Cortes Estrangeiras. Cortes Internacionais.

BIBLIOGRAFIA

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo: Malheiros, 2011. ÁVILA, Ana Paula Oliveira. A modulação de efeitos temporais pelo STF no controle de constitucionalidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Teoria da igualdade tributária. São Paulo: Malheiros, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Atualização de Mizabel Derzi. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARBOSA, Rui. Atos inconstitucionais. Campinas: Russel, 2003.

BECKER, Alfredo Augusto. Carnaval tributário. 2. ed. São Paulo: Lejus, 1999.

_____. Teoria geral do direito tributário. 3 ed. São Paulo: Lejus, 1998.

BORGES, José Souto Maior. Lançamento tributário. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. Teoria geral da isenção tributária. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Teoria geral da isenção tributária. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CARRAZZA, Roque Antonio. A imunidade tributária das empresas estatais delegatárias de serviços públicos. São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário – fundamentos jurídicos da incidência. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. O controle da constitucionalidade das leis e do poder de tributar na Constituição de 1988. 3. ed. Belo Horizonte: DelRey, 1999.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário, direito penal e tipo. 2ª ed. São Paulo: RT, 2007.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito tributário internacional contextualizado. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. História da tributação no período joanino (Brasil – 1808-1821). Brasília: ESAF, 2008.

ROLIM, João Dácio. Normas elisivas tributárias. São Paulo: Dialética, 2001.

ROSS, Alf. Direito e justiça. Bauru: EDIPRO, 2000.

SANTIAGO, Igor Mauler. Direito tributário internacional – métodos de solução de conflitos. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SUNSTEIN, Cass. A constituição parcial. Belo Horizonte: Del Rey, 2009

TIPKE, Klaus, e YAMASHITA, Douglas. Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva. São Paulo: Malheiros, 2002.

TIPKE, Klaus. Moral tributária do Estado e dos contribuintes. Tradução de Luiz Dória Furquim. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.

TORRES, Heleno Taveira. Direito constitucional tributário e segurança jurídica – metódica da segurança jurídica do sistema constitucional tributário. São Paulo: RT, 2012.

TORRES, Ricardo Lobo. Normas de interpretação e integração do direito tributário. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

XAVIER, Alberto Pinheiro. Conceito e natureza do acto tributário. Coimbra: Almedina, 1972.

MEDICINA LEGAL – 51 h

Introdução ao Estudo da Medicina Legal. Perícias em geral. Exercício profissional médico. Antropologiaforense. Traumatologia forense. Noções de Criminalística. Tanatologia forense. Asfixiologiaforense. Tocoginecologia forense. Toxicologia forense. Psicopatologia forense.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JR., A. Lições de Medicina Legal. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- ALVES, Ernani Simas. Medicina Legal e Deontologia. Curitiba: UFPR, 1967.
- BITTAR, Neusa. Medicina legal e noções criminalística. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CROCE, Delton, COROCE JR, Delton. Manual de Medicina Legal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAVERO, Flamínio. Medicina Legal. São Paulo: Italaia, 1980.
- FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- GOMES, Hélio. Medicina Legal. 24. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1985.
- VEIGA, Hilário. Compêndio de Medicina Legal. São Paulo: Saraiva, 1978.
- RODRIGUES, Hermes Alcântara. Perícia Médica judicial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

3.3 INTEGRAÇÃO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A integração entre a graduação e a pós-graduação ocorre através da participação em núcleos e projetos de pesquisa e extensão. Atualmente no setor de Ciências Jurídicas existem quatro programas de pós-graduação *lato sensu*, coordenados por docentes ligados aos departamentos de direito. E também grande parte dos docentes que atuam nas especializações também atuam na graduação dos departamentos. Ainda, encontra-se em andamento um projeto de criação do mestrado no Setor de ciências Jurídicas cuja comissão organizadora responsável é composta por professores que atuam na graduação do curso de direito.

3.4 MATRIZ CURRICULAR

MODELO - anexo II

3.5 ORGANIZAÇÃO - FORMATO DOS ESTÁGIOS

- Estágio Curricular Supervisionado.
- Estágio não-obrigatório.

3.5.1 CARGA HORÁRIA DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	PREVISÃO

3.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (MONOGRAFIA, VIDEOS, ENSAIOS, PRODUÇÃO DE MATERIAL, ARTÍSTICA, MUSICAL, RELATÓRIOS CIENTÍFICOS, ENTRE OUTROS)

Para obtenção do título de Bacharel em Direito, o acadêmico deverá cursar a disciplina anual com carga horária de 34 horas/aula, chamado Orientação de trabalho de Conclusão de Curso (OTCC), destinada à orientação do acadêmico por projeto individual ou equipe composta no máximo de três alunos.

Esta disciplina compõe o currículo do Curso de Direito, alocada no Departamento de Direito das Relações Sociais, fazendo parte da grade curricular da 5ª série, sendo essencial e obrigatória para a conclusão do curso e obtenção do diploma.

É uma atividade acadêmica, sob a modalidade de Monografia ou artigo acadêmico.

Esta atividade está regulamentada na Resolução CEPE nº 222 de 14 de dezembro de 2000.

3.6.1 CARGA HORÁRIA DE SUPERVISÃO DO OTCC

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	PREVISÃO

3.7 PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

4 - CORPO DOCENTE

4.1 NECESSIDADES PARA IMPLANTAÇÃO

ANO	EFETIVOS		TEMPORÁRIOS	
	CURRÍCULO VIGENTE	PREVISÃO	CURRÍCULO VIGENTE	PREVISÃO

4.2 CLASSE E TITULAÇÃO (em números)

Titulares	-
Associados	02
Adjuntos	08
Assistentes	45
Auxiliares	04
Temporários	05

TOTAL	64
-------	----

4.3 REGIME DE TRABALHO (em números)

Dedicação Exclusiva (TIDE)	24
Tempo Integral (40 horas)	34
TOTAL	58

Tempo Parcial

12 horas	0
20 horas	06
24 horas	0
TOTAL	06

4.4 OUTRAS INFORMAÇÕES (necessárias e complementares à formação acadêmica)

5 - RECURSOS MATERIAIS

5.1 Necessidade de recursos materiais e equipamentos para **IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO** do curso face aos recursos existentes.

Este item não se aplica ao currículo proposto

5.2 LABORATÓRIOS / SALAS DE AULA / SALAS ESPECIAIS

Este item não se aplica ao currículo proposto

5.3 BIBLIOTECA (S) - PREVISÃO DE NÚMERO DE TÍTULOS, DE EXEMPLARES E DE PERIÓDICOS PARA IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO DO CURSO.

- Estimativa de custo prevendo a aquisição de 03 exemplares de cada obra R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

METODOLOGIA DA PESQUISA JURIDICA - SARAIVA
CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORANEO - SA
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - ATLAS

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO - MALHEIR
CIENCIA POLITICA - MALHEIROS
ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO - SARAIVA
TEORIA GERAL DO DIREITO E DO ESTADO - MARTINS
CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO - VOL 1 - SARAIV
DIREITO CIVIL - VOL I - VENOSA - ATLAS
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 1 - SARAIVA
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 2 - SARAIVA
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 3 - SARAIVA
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 4 TOMO 1 - SARAI
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 4 TOMO 2 - SARAI
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 6 - SARAIVA
NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL VOL 7 - SARAIVA
COMPENDIO DE INTRODUCAO A CIENCIA DO DIREITO - SAR
LICOES PRELIMINARES DE DIREITO - SARAIVA
ELEMENTOS DE ECONOMIA POLITICA - SARAIVA
MANUAL DE ECONOMIA - SARAIVA
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO - SARAIVA
CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO - VOL 2 - SARAIV
DIREITO CIVIL - VOL II - VENOSA - ATLAS
HISTORIA DO DIREITO GERAL E BRASIL - LUMEN JURIS
INTRODUCAO HISTORICA AO DIREITO - CALOUSTE
ATIVIDADE LEGISLATIVA DO PODER EXECUTIVO - RT
CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO - VOL 3 - SARAIV
CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO - VOL 7 - SARAIV
TRATADO TEORICO E PRATICO DOS CONTRATOS - 5 VOLS -
MANUAL DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO - SARAIVA
CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO - RT
TRATADO DE DIREITO PENAL - VOL 1 - SARAIVA
TRATADO DE DIREITO PENAL - VOL 2 - SARAIVA
TRATADO DE DIREITO PENAL - VOL 3 - SARAIVA
TRATADO DE DIREITO PENAL - VOL 4 - PARTE ESPECIAL
TRATADO DE DIREITO PENAL - VOL 5 - SARAIVA
NOVO CPC - FUNDAMENTOS E SISTEMATIZACAO - FORENSE
NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO - MEDINA -
NOVO DEIT-LIBRAS - 2 VOLS - EDUSP
LIBRAS - QUE LINGUA E ESSA - PARABOLA
CRIMINOLOGIA CRITICA E CRITICA DO DIREITO PENAL -
DIREITO ADMINISTRATIVO - DI PIETRO - ATLAS
LEGISLACAO ADMINISTRATIVA PARA CONCURSOS LADM - JU
DIREITO PROCESSUAL PENAL - SARAIVA
CURSO DE PROCESSO PENAL - PACELLI - ATLAS
PROCESSO PENAL - VOL 1 - TOURINHO - SARAIVA
PROCESSO PENAL - VOL 2 - TOURINHO - SARAIVA
PROCESSO PENAL - VOL 3 - TOURINHO - SARAIVA
MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL - SARAIVA
DIREITO AMBIENTAL - ANTUNES - ATLAS
DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO - MALHEIROS

PROCESSO TRIBUTARIO - SEGUNDO - ATLAS
CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO - CARVALHO - SARAIVA
DIREITO TRIBUTARIO BRASILEIRO - SARAIVA
CURSO DE DIREITO DO TRABALHO - BARROS - LTR
CURSO DE DIREITO DO TRABALHO - DELGADO - LTR
CURSO DE DIREITO DO TRABALHO - SARAIVA
DIREITO IMOBILIARIO - AZEVEDO - ATLAS
DIREITO AGRARIO BRASILEIRO - ATLAS
CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - MASCARO
CURSO DE DIREITO DO TRABALHO - GARCIA - FORENSE
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - MARTINS - ATLAS
DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO - VOL 3 - ATLAS
DIREITO CIVIL - VOL III - VENOSA - ATLAS
CURSO AVANÇADO DE DIREITO COMERCIAL - RT
AFIRMACAO HISTORICA DOS DIREITOS HUMANOS, A - SARA
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILE
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL - MARTINS - ATLAS
CURSO DE DIREITO PREVIDENCIARIO - LTR
MANUAL DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - ATLAS
CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
BUSATO-DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL - VOL. 2 2/16
BUSATO-DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL - VOL. 3 1/16
BUSATO-DIREITO PENAL 2/15
CARVALHO FILHO-MANUAL DIREITO ADMINISTRATIVO 30/16
VIANNA-CURSO DIREITO PREVIDENCIARIO 7/14
MANUAL ATLAS-CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 42/16
EQUIPE METODO-VADE MECUM - CIVIL 3/16
EQUIPE METODO-VADE MECUM - METODO PENAL 4/16
EQUIPE METODO-VADE MECUM - LEGISLACAO 4/16
SARAIVA-CLT - CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO 16/16
FERRAZ JR.-INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO 9/16
GARCIA-INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO 4/16
NADER-INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO 38/16
SACADURA - HISTORIA DO DIREITO NO OCIDENTE 1/15
WOLKMER-HISTORIA DO DIREITO NO BRASIL 9/15
PERISSINI-PSICOLOGIA JURIDICA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 3/16
FIGLIOLI/MANGINI-PSICOLOGIA JURIDICA 7/15
MORAES-DIREITO CONSTITUCIONAL 32/16
MORAES-CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL 8/16
CONSTITUCIONALISMO MULTINACIONAL: USO PERSUASIVO DA JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA
THEODORO JR-CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - VOL. I 57/16
THEODORO JR-CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL-VOL. II 50/16
THEODORO JR-CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - VOL. III 48/16
DI PIETRO-DIREITO ADMINISTRATIVO 29/16
CARVALHO FILHO-MANUAL DIREITO ADMINISTRATIVO 30/16
NOHARA-DIREITO ADMINISTRATIVO 6/16
NUCCI-MANUAL DE PROCESSO PENAL E EXECUCAO PENAL 13/16

PACELLI-CURSO DE PROCESSO PENAL 20/16
RANGEL-DIREITO PROCESSUAL PENAL 24/16
AVENA-MANUAL DE PROCESSO PENAL 3/15
NUCCI-CODIGO PENAL COMENTADO 16/16
COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA CIDADE - 5/13
THEODORO JR.-NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL-ANOTADO 20/16
NEVES-NOVO CPC-COMPARADO 3/16
MACHADO SEGUNDO-CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL 5/15
MACHADO-COMENTARIOS CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL-VOL I 3/15
TOMAZETTE-CURSO DIREITO EMPRESARIAL - VOL.1 7/16
TOMAZETTE-CURSO DIREITO EMPRESARIAL - VOL. 3 4/16
TOMAZETTE-CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL - VOL. 2 - TITULOS DE CREDITO 7/16
MAZZUOLI-DIREITO DOS TRATADOS 2/14
MAZZUOLI-CURSO DE DIREITOS HUMANOS 2/15
MALHEIRO-CURSO DE DIREITOS HUMANOS 3/16
DIMOULIS/LUNARI-CURSO DE PROCESSO CONSTITUCIONAL 4/16
MAZZUOLI-DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 1/15
DOLINGER-DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - PARTE GERAL 12/16
BASSO-CURSO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 5/16

5.4 OUTROS

Apresentar em anexo:

- Declaração de aceite dos Departamentos envolvidos com a nova grade curricular. **ANEXO III**
- Grade de equivalência de todas as disciplinas do currículo atual para o novo, com código e carga horária. **ANEXO IV**

Ponta Grossa, 18 de agosto de 2016.

GUILHERME AMARAL ALVES
COORDENADOR DO CURSO

CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**Turno: MATUTINO/NOTURNO**
Currículo nº 8 – A partir de 2017Reconhecido pelo Decreto nº. 50.355, de 18.03.61, D.O.U. nº 67 de 22.03.61.
Renovação de Reconhecimento Decreto nº 2039, de 20.07.2011 D.O.E nº 8511 de 20.07.2011.

Para completar o currículo pleno do curso superior de graduação em Bacharelado em Direito, o acadêmico deverá perfazer um total mínimo de 4.126 (quatro mil, cento e vinte e seis) horas, sendo 561 (quinhentas e sessenta e uma) horas em disciplinas de Formação Básica Geral, 2.771 (duas mil, setecentas e setenta e uma) horas em disciplinas de Formação Específica Profissional, 204 (duzentas e quatro) horas em disciplinas de Diversificação ou Aprofundamento, 340 (trezentas e quarenta) horas em Estágio Curricular Supervisionado e 250 (duzentas e cinquenta) horas de Atividades Complementares, distribuídas em, no mínimo, 05 (cinco) anos e, no máximo, 08 (oito) anos letivos.

É o seguinte o elenco de disciplinas que compõe o curso:

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
501603	Ciências Sociais e Direito	68
404535	Economia Política (*)	51
601057	Teoria Geral do Estado e Ciência Política	102
603509	Metodologia da Pesquisa Jurídica	68
601058	História do Direito	68
501604	Psicologia Jurídica (**)	51
601059	Filosofia do Direito	102
602026	Ética profissional (*)	51
Sub-total		561

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
601060	Introdução ao Estudo do Direito	136
603510	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC	34
601061	Direito Constitucional I	68
603511	Direito Civil I (*)	68
603512	Direito Civil II (**)	68
601062	Direito Internacional Público	68
603513	Direito Civil III (*)	68
603514	Direito Civil IV (**)	68
601063	Direito Constitucional II	136
601064	Direito Penal I	136
602515	Direito Processual Civil I	136
601065	Direito Administrativo I (*)	68
601066	Direito Administrativo II (**)	68
603516	Direito Civil V (*)	68
603517	Direito Civil VI (**)	68
602027	Direito Processual Civil II	136
602028	Direito Processual Penal I (*)	68
602029	Direito Processual Penal II (**)	68
601067	Direito Penal II	136
603518	Direito Civil VII (*)	68
603519	Direito Civil VIII (**)	68
603520	Direito Empresarial I (*)	68
603521	Direito Empresarial II (**)	34
603522	Direito do Trabalho I	102
602030	Direito Processual Penal III (*)	34
602031	Direito Processual Civil III (**)	68
601068	Direito Tributário I (*)	68
601087	Direito Tributário II (**)	68
603524	Direito do Trabalho II (*)	68
603525	Direito do Trabalho III (**)	68
603526	Direito Empresarial III (*)	68
603527	Direito Empresarial IV (**)	34
601069	Direitos Humanos (*)	68
601070	Direito Constitucional III (**)	34
601071	Direito e Seguridade Social (**)	51
603528	Direito Internacional Privado (**)	51
602037	Direito Processual Civil IV (*)	34
601072	Direito Tributário III (*)	51
Sub-total		2.771

DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO		
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
602032	Estágio de Prática Forense Civil I	102
602033	Estágio de Prática Forense Civil II	102
602034	Estágio de Prática Forense Penal I	68
602035	Estágio de Prática Forense Penal II	68
Sub-total		340

DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU APROFUNDAMENTO		
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
603532	Direito Ambiental (**)	51
601073	Tópicos em Teoria do Estado (**)	51
510323	Língua Brasileira De Sinais – LIBRAS (**)	51
601074	Tópicos em Teoria da Constituição (*)	51
601075	Tópicos em Teoria do Direito (*)	51
601076	Criminologia (*)	51
603529	Direito Urbanístico (**)	51
601077	Direito Eleitoral (**)	51
601078	Direito Financeiro (**)	51
601079	Tópicos em Teoria do Federalismo (**)	51
601080	Tópicos em Direito Internacional dos Direitos Humanos (**)	51
601081	Tópicos em Direito Administrativo (*)	51
307213	Medicina Legal (**)	51
601082	Tópicos em Direito Penal (**)	51
601083	Direito Econômico (**)	51
603530	Direito Imobiliário (*)	51
601084	Estatuto da Criança e do Adolescente (**)	51
601085	Tópicos em Filosofia do Direito (**)	51
601086	Tópicos em Direito Tributário (**)	51
603531	Mediação e Arbitragem (**)	51
602036	Processo Civil V (**)	51
Sub-total		204

Nota - Os símbolos pospostos às disciplinas têm a seguinte correspondência:

- * disciplina de meio ano de duração, ofertada no primeiro semestre,
- ** disciplina de meio ano de duração, ofertada no segundo semestre.

Obs.: O acadêmico deverá escolher do rol das disciplinas de Diversificação ou Aprofundamento no mínimo 06(seis) disciplinas, num total de 204 (duzentas e quatro) horas, conforme especificação no fluxograma.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado será desenvolvido de conformidade com o respectivo regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Requisito essencial e obrigatório para obtenção do diploma, desenvolvido mediante controle, orientação e avaliação docente, por meio da disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e de defesa do Trabalho perante Banca Examinadora, conforme regulamento específico.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Para obter a sua graduação, o acadêmico deverá cumprir, no mínimo, 250 (duzentas e cinquenta) horas em atividades Complementares, regulamentados pelo Colegiado de Curso.

PRÁTICA ESPORTIVA

A atividade de Prática Esportiva será desenvolvida pelo acadêmico como atividade opcional.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS

Nº DE ORDEM	EIXOS CURRICULARES	DISCIPLINAS
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL		
1	Eixo de Formação Fundamental	1.1 - Ciências Sociais e Direito 1.2 - Economia Política 1.3 - Teoria Geral do Estado e Ciência Política 1.4 - Metodologia da Pesquisa Jurídica 1.5 - História do Direito 1.6 - Psicologia Jurídica 1.7 - Filosofia do Direito 1.8 - Ética profissional

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

2	Eixo de Formação Profissional	2.1 - Introdução ao Estudo do Direito
---	-------------------------------	---------------------------------------

- 2.2 – Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC
- 2.3 - Direito Constitucional I
- 2.4 - Direito Civil I
- 2.5 - Direito Civil II
- 2.6 - Direito Internacional Público
- 2.7 - Direito Civil III
- 2.8 - Direito Civil IV
- 2.9 - Direito Constitucional II
- 2.10 - Direito Penal I
- 2.11 - Direito Processual Civil I
- 2.12 - Direito Administrativo I
- 2.13 - Direito Administrativo II
- 2.14 - Direito Civil V
- 2.15 - Direito Civil VI
- 2.16 - Direito Processual Civil II
- 2.17 - Direito Processual Penal I
- 2.18 - Direito Processual Penal II
- 2.19 - Direito Penal II
- 2.20 - Direito Civil VII
- 2.21 - Direito Civil VIII
- 2.22 - Direito Empresarial I
- 2.23 - Direito Empresarial II
- 2.24 - Direito do Trabalho I
- 2.25 - Direito Processual Penal III
- 2.26 - Direito Processual Civil III
- 2.27 - Direito Tributário I
- 2.28 - Direito Tributário II
- 2.29 - Direito do Trabalho II
- 2.30 - Direito do Trabalho III
- 2.31 – Direito Empresarial III
- 2.32 – Direito Empresarial IV
- 2.33 – Direitos Humanos
- 2.34 – Direito Constitucional III
- 2.35 – Direito e Seguridade Social
- 2.36 – Direito Internacional Privado
- 2.37 – Direito Processual Civil IV
- 2.38 – Direito Tributário III

DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- 3 Eixo de Formação Prática
 - 3.1 - Estágio de Prática Forense Civil I
 - 3.2 - Estágio de Prática Forense Civil II
 - 3.3 - Estágio de Prática Forense Penal I
 - 3.4 - Estágio de Prática Forense Penal II

DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU APROFUNDAMENTO

- 4 Eixo de Formação Especial
 - 4.1 - Direito Ambiental
 - 4.2 - Tópicos em Teoria do Estado
 - 4.3 - Língua Brasileira De Sinais – LIBRAS
 - 4.4 - Tópicos em Teoria da Constituição
 - 4.5 - Tópicos em Teoria do Direito
 - 4.6 - Criminologia
 - 4.7 - Direito Urbanístico
 - 4.8 - Direito Eleitoral
 - 4.9 - Direito Financeiro
 - 4.10 - Tópicos em Teoria do Federalismo
 - 4.11 - Tópicos em Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 4.12 - Tópicos em Direito Administrativo
 - 4.13 - Medicina Legal
 - 4.14 - Tópicos em Direito Penal
 - 4.15 - Direito Econômico
 - 4.16 - Direito Imobiliário
 - 4.17 - Estatuto da Criança e do Adolescente
 - 4.18 - Tópicos em Filosofia do Direito
 - 4.19 - Tópicos em Direito Tributário
 - 4.20 - Mediação e Arbitragem
 - 4.21 - Processo Civil V

EMENTÁRIO**307213 - MEDICINA LEGAL**

Introdução ao Estudo da Medicina Legal. Perícias em geral. Exercício profissional médico. Antropologia forense. Traumatologia forense. Noções de Criminalística. Tanatologia forense. Asfíxiologia forense. Tocoginecologia forense. Toxicologia forense. Psicopatologia forense.

404535 - ECONOMIA POLÍTICA

Economia Política: conceito, objeto e objetivos. Generalidades sobre a economia. Inter-relação entre a economia e o direito. Noções sobre o desenvolvimento do pensamento econômico. A distribuição, a circulação e o consumo. Mercado. Produto e Renda Nacional. Investimento. Noções sobre comércio internacional. Contribuições fundamentais da Economia Política Clássica: Smith, Ricardo e Malthus. Crítica à Economia Política Clássica: Marx e Keynes. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Econômico, Sistema Financeiro Nacional.

501603 - CIÊNCIAS SOCIAIS E DIREITO

Estuda os fundamentos conceituais das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), bem como sua aplicabilidade como recurso analítico ao contexto nacional e internacional para a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais das sociedades contemporâneas, em especial da sociedade brasileira.

501604 – PSICOLOGIA JURÍDICA

Psicologia Jurídica. Desenvolvimento da Personalidade. O Processo civilizador e os marcos da lei: implicações psíquicas. Transtornos mentais: dinâmica e estrutura. Psicopatologias e inimputabilidade. A infância, a juventude e o idoso sob perspectiva da psicologia jurídica. Dinâmica de grupos: mediação de conflitos.

510323 - LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

A história da surdez e a educação do sujeito surdo no Brasil: questões sobre o programa de inclusão. Teorias linguísticas sobre a aquisição da linguagem pela criança surda e o estatuto da língua brasileira de sinais (LIBRAS). A Língua Brasileira de Sinais e escrita.

601057 – TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA

Teoria Geral do Estado e Ciência Política: recortes epistemológicos; interdisciplinaridade e transversalidade em direito e política. A realidade do Estado. Estado, Direito e Sociedade. Teoria do órgão. O Estado como sujeito de deveres e direitos. Elementos constitutivos do Estado. Estado e Poder. Estado e Constituição Política. Teorias da Separação de Poderes: sentidos clássico e contemporâneo. Teoria das Formas de Governo: arquétipos constitucionais e sua crítica. Sistemas Eleitorais. Teoria das Formas de Estado: Estado Unitário, Confederação de Estados, Estado Federal. Problemas contemporâneos do Estado e sua ordem jurídica: Direito Internacional e Nacional em uma configuração pós-westfaliana. Gênese do Estado e do Pensamento Político, da Antiguidade à Modernidade. Formação do Pensamento Político Clássico e Moderno. A outra política: as antíteses internas ao pensamento político moderno. Os antecedentes modernos da Teoria Política pós-moderna. Tendências contemporâneas em Teoria Política e do Estado.

601058 – HISTÓRIA DO DIREITO

Positivismo: seus pressupostos na epistemologia, nas ciências humanas e na história. Aspectos da história positivista e sua aplicação na história do direito. A Escola de "Annales": pressupostos e métodos e sua localização nos quadros da historiografia. A influência da escola francesa na historiografia contemporânea e na história do direito. O método marxista na historiografia: pressupostos e métodos, seus potenciais e limites. O marxismo e a história do direito. Walter Benjamin: as "teses sobre o conceito de história" e a "história dos vencidos"; a história benjaminiana e a história do direito. Foucault e a história: a construção da "ontologia histórica do presente" e a história do direito. A pré-modernidade do direito. A formação histórica da propriedade moderna. Ensino jurídico no Brasil e a formação da cultura jurídica brasileira. As liberdades em perspectiva histórica. Codificação.

601059 – FILOSOFIA DO DIREITO

Perspectivas paradigmáticas da Filosofia do Direito. Questões fundamentais da Filosofia do Direito: liberdade, igualdade, poder. Teorias da justiça. Temas contemporâneos da Filosofia do Direito.

601060 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Ordem jurídica. Ética. Direito e Moral. Ciência do Direito. Fundamentação doutrinária e filosófica. Direito natural e Direito positivo. Fontes jurídicas. Estudo da norma jurídica. Hermenêutica jurídica. Interpretação, aplicação, integração e correção do Direito. Teoria da justiça. Noções de Direito Romano.

601061 - DIREITO CONSTITUCIONAL I

Constitucionalismo. Teorias da Constituição. Classificação das Constituições. Estrutura, função e conteúdo das Constituições. Conceito e característica dos direitos fundamentais. Do poder Constituinte. Poder Constituinte. Reforma da Constituição e Mutação Constitucional. Eficácia e Aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Sistemas Constitucionais. Sistema Constitucional Brasileiro. Teoria Geral do Direito Constitucional. Direitos Fundamentais em espécie: direitos individuais e coletivos; Direitos Sociais, Direitos da Nacionalidade e Direitos Políticos. Controle de Constitucionalidade.

601062 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Retrospecto Histórico do Direito Internacional. As Relações do Direito Internacional com o direito interno. Fontes do Direito Internacional Público. Sujeitos de Direito Internacional Público e Responsabilidade Internacional. Organizações Internacionais. Direito de Integração; Blocos Econômicos. A Pessoa humana no Direito Internacional Público e Condição Jurídica do Estrangeiro. Modos de solução dos litígios internacionais.

601063 - DIREITO CONSTITUCIONAL II

Organização do Estado: Da organização político-administrativa, Da União, Dos Estados Federados, Dos Municípios e Do Distrito Federal. Intervenção Federal. Organização dos Poderes: Do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário. Da Defesa do Estado e das Instituições Democrática. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social.

601064 - DIREITO PENAL I

Conceitos, missões, divisões, princípios, fontes, interpretação e evolução histórica do Direito Penal. Escolas penais. Teoria da norma penal. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Lei penal em relação as pessoas. Teoria geral do crime: conceitos de crime, classificação dos crimes, sujeitos do crime, objetos do crime, conduta punível, tipicidade, ilicitude, culpabilidade. Teoria do erro. Concurso de pessoas. Teoria geral das penas: Conceito de penas, fundamentos, finalidades, princípios, espécies. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação criminal. Medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

601065 - DIREITO ADMINISTRATIVO I

Noções preliminares da Ciência da Administração Pública. Direito Administrativo: noções gerais (formação, objeto, conceito). Regime jurídico administrativo. "Deveres-poderes" da Administração Pública. Serviços Públicos: noções gerais (conceito, princípios e

classificação). Sujeitos da Administração Pública: agentes públicos e entes da Administração Pública Indireta. Responsabilidade Extracontratual do Estado.

601066 – DIREITO ADMINISTRATIVO II

Atos Administrativos. Licitação. Contratos Administrativos. Bens Públicos. Intervenção do Estado no Domínio Econômico e na Propriedade Privada. Processo Administrativo.

601067 - DIREITO PENAL II

Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a saúde pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra a vida. Da lesão corporal. Dos crimes de periclitación à vida e à saúde. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade pessoal. Dos crimes contra a inviolabilidade de domicílio. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência e dos segredos.

601068 - DIREITO TRIBUTÁRIO I

Noções distintivas entre Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. Competência Tributária. Limites ao poder de tributar. Espécies Constitucionais de Tributos. Imunidades.

601069 - DIREITOS HUMANOS

Conceituação de Direitos Humanos. Perspectiva histórica. As gerações e suas críticas. Principais documentos internacionais, regionais e nacionais. Universalidade X Relatividade. Proteção na Constituição de 1988. Sistemas de Proteção internacional. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. Sistemas de Proteção Regional. Direitos Cívicos e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Segurança Pública e Direitos Humanos. Os tratados internacionais de proteção aos portadores de necessidades especiais. O estatuto dos portadores de deficiência. Direitos humanos e política de prevenção ao uso indevido de drogas e políticas que versam sobre relações étnico-raciais e afro descendentes.

601070 - DIREITO CONSTITUCIONAL III

Constitucionalismo e Jurisdição Constitucional. Controle de Constitucionalidade e História Constitucional. Legitimidade e Justiça Constitucional. Jurisdição Constitucional e Teoria da Decisão Judicial. Jurisdição Constitucional e Democracia. Constituição e Processo. Direito Constitucional Processual. Teoria do Processo Constitucional. Classificação dos Sistemas de Jurisdição Constitucional. Configuração e características do processo objetivo no Brasil. Modalidades de Controle. Tipos de Inconstitucionalidade. Ações do Controle Judicial Abstrato no Brasil. Eficácia da Sentença na Jurisdição **Constitucional**.

601071 - DIREITO E SEGURIDADE SOCIAL

Noção de Direito e Seguridade Social. Princípios constitucionais da Seguridade Social. Origens históricas da Seguridade Social no direito comparado e no constitucionalismo brasileiro. Financiamento da Seguridade Social. Os direitos fundamentais sociais integrados à Seguridade Social. Direito à Saúde e legislação específica. Direito à Assistência Social e a LOAS. Direito Previdenciário e a proteção social. Noção de seguro social. Legislação Previdenciária em face aos benefícios previdenciários em espécie e os beneficiários. Crimes contra a Seguridade Social.

601072 - DIREITO TRIBUTÁRIO III

Tributos em Espécie. Tributos Federais. Tributos Estaduais. Tributos Municipais. Processo Administrativo Tributário.

601073 - TÓPICOS EM TEORIA DO ESTADO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Teoria do Estado, Filosofia Política, Teoria Política Brasileira, Teoria Política Clássica, Teoria Política Contemporânea, Ciência Política, Política Comparada, Instituições Políticas, Políticas Públicas, Política Regional, Política Internacional, Política Sindical, Política Partidária, Relações Intergovernamentais, História Política do Brasil, Sociologia Política, Processo Decisório (Legislativo, Executivo e Judiciário) e/ou Relações de Poder Político.

601074 - TÓPICOS EM TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Estatuto epistemológico da teoria da Constituição (como teoria política e científica, origens e tarefas da constituição). Do constitucionalismo ao transconstitucionalismo. Paradigmas constitucionais e história do constitucionalismo. (tradições inglesa, americana e francesa, bem como os movimentos constitucionais liberal, social e democrático). Constitucionalização e internacionalização do direito.. Hermenêutica constitucional (filosófica, jurídica, positivismo, pós-positivismo, neopositivismo). Debates atuais acerca da jurisdição constitucional (o guardião da constituição e legitimidade democrática da jurisdição constitucional, constitucionalismo popular, concepções procedimentalistas e substancialistas).

601075 - TÓPICOS EM TEORIA DO DIREITO

Estudos avançados e específicos sobre os tópicos: Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito. O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social. Direito Natural. O jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma Jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumeiro. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.

601076 - CRIMINOLOGIA

Objeto, método e função. Histórico do pensamento criminológico. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social. Tipos de criminosos. Teorias. O crime em suas formas, fatores e tipos. A criminalidade em suas formas, fatores e tipos. A construção de uma criminologia crítica. Pesquisa criminológica aplicada. Violência e criminalidade. A mídia e a criminalidade. Os movimentos contemporâneos de política criminal. Psicologia Forense.

601077 – DIREITO ELEITORAL

Direito eleitoral. Conceito. Relação com outras disciplinas. Panorama histórico. Fontes. 2. Democracia. Teorias e princípios. Desenho constitucional. Modelos de democracia. Representação. Modelos de mandato. 3. Direitos políticos. Sufrágio e elegibilidade. Inelegibilidades e incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores: inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado. 4. Sistemas eleitorais. Princípio majoritário e princípio proporcional. Sistema distrital. 5. Sistemas de verificação de poderes. Justiça eleitoral brasileira. Organização e competência. 6. Partidos políticos.

Tratamento constitucional e legal. Princípios, garantias e vedações. Direito de antena e fundo partidário. Fidelidade partidária. 7. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. 8. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos, totalização; impugnações e recursos.

601078 - DIREITO FINANCEIRO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Definição e conteúdo do Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado e sua evolução. Sistema Financeiro Nacional. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Economia Pública e Financeira. Política Fiscal. Federalismo Fiscal e Desenvolvimento Regional. Análise Econômica do Direito.

601079 – TÓPICOS EM TEORIA DO FEDERALISMO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Teoria do Estado -- O Estado Federal -- Tipos de federalismo -- Federalismo e constituição -- Federalismo e Poder Judiciário -- Federalismo e representação das partes -- Federalismo e descentralização -- Federalismo e pluralismo -- Federalismo e princípio da subsidiariedade -- Aspectos históricos do federalismo -- Federalismo norte-americano -- Federalismo brasileiro. Federalismo Fiscal e Desenvolvimento.

601080 - TÓPICOS EM DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

A nova dimensão do direito internacional público e seus reflexos na soberania dos Estados e na proteção dos seres humanos. Os direitos humanos e o direito internacional: o desafio da fundamentação, o consenso universal e os sistemas de proteção internacional dos direitos humanos. O direito internacional humanitário e os direitos dos refugiados. As propostas de reforma da ONU. Tribunal Constitucional Internacional: o poder constituinte e sua (re) fundamentação global. O Direito Internacional e a ordem econômica global.

601081 - TÓPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Estudos avançados e específicos sobre aspectos polêmicos do Direito Administrativo. Jurisdição administrativa no direito comparado. Vinculação e discricionariedade: limites e possibilidades do controle jurisdicional da Administração Pública. O princípio da supremacia do interesse público e o regime jurídico administrativo. Segurança jurídica e as alterações no regime jurídico dos servidores públicos. Aspectos polêmicos do regime disciplinar dos servidores públicos.

601082 - TÓPICOS EM DIREITO PENAL

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Direito Penal e Interesses Difusos. Direito Penal Econômico: Origem e Conceito. Relação com o Direito de Mera Ordenação Social. Delimitação do Direito Penal Secundário. Importância e Efeitos da Delinquência Econômica. Estudo Criminológico do Crime e Criminoso Econômico: Teoria do White-Collar Crime e Crime Organizado. Direito Penal Econômico no Brasil. Os reflexos da Constituição Econômica no Direito Penal. Ordem Econômica e Tutela da Livre Concorrência e Livre Iniciativa. Proteção do Consumidor e das Relações de Consumo no âmbito do Direito Penal. Delitos contra o Sistema Financeiro Nacional, o Sigilo das Operações Financeiras e Finanças Públicas. Ordem Tributária e Delitos de Contrabando e Descaminho. Sistema Previdenciário e Tutela Mediata das Prestações Públicas e Sociais. Concurso de Pessoas e Direito Penal Econômico. A Problemática da Pessoa Jurídica.

601083 - DIREITO ECONÔMICO

Estudos avançados nos seguintes tópicos: Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Empresas Públicas e Parcerias Público-privadas. Agências Reguladoras. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional.

601084 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da criança e do adolescente. Doutrina da proteção integral. A proteção internacional da família e da criança. A história da proteção da criança desassistida e carente; a roda dos expostos. A disputa entre a filantropia e a caridade a partir do final do século XIX. O ciclo da ação social dos juízes de menores: código Mello Mattos de 1927 e o código de menores de 1979. Instituições públicas e privadas. A proteção da criança e do adolescente na constituição de 1988. O estatuto da criança e do adolescente (Lei 8.069/90). O direito fundamental da convivência familiar. Família substituída: guarda, tutela e adoção. Disciplina legal. Requisitos. Adoção por estrangeiros. A instrumentalização política da proteção da criança e do adolescente na lei 8.069/90. Os conselhos de direitos. Os fundos da criança e do adolescente. Os conselhos tutelares. A municipalização do atendimento. O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. A justiça da infância e da juventude. Os crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente. A proteção judicial dos interesses individuais difusos e coletivos e as ações de responsabilidade por ofensa a criança. O direito a profissionalização e a proteção no trabalho. A criança e o adolescente e os meios de comunicação. Princípios constitucionais, normas estatutárias.

601085 - TÓPICOS EM FILOSOFIA DO DIREITO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: O problema da Justiça: idéia e justificação. A concepção grega de Justiça: a noção original (Justiça como proporção e reciprocidade) e as teorizações platônica (Virtude Universal) e aristotélica de Justiça (Justiça Geral e Particular; Justiça Distributiva e Retributiva). Análise histórica sobre a Justiça como retribuição. A Teoria da Justiça de John Rawls: uma concepção política e não metafísica da Justiça; enfoque contratualista e interdisciplinar. Crítica neoliberal de Nozick a Rawls: uma teoria histórica e sem padrão de justiça. O neoliberalismo de F.A. Hayek: a Miragem da Justiça Social. Teorias Comunitarianas da Justiça e Crítica ao Liberalismo: A crítica comunitarista de M. Sandel a Rawls; Esferas da Justiça e Teorias dos Bens em Michael Walzer; Tradição e Justiça em Alasdair MacIntyre.

601086 - TÓPICOS EM DIREITO TRIBUTÁRIO

Estudos avançados e específicos sobre tópicos de: Dupla tributação e bis-in-idem. Evasão Fiscal Internacional. A Norma ANTI ELISIVA. Planejamento Tributário. Fraude à lei fiscal. Teoria do Abuso das Formas. Normas de Colisão. Fontes do Direito Tributário Internacional. Convenção Modelo OCDE. Interpretação dos Tratados. Procura-se familiarizar o aluno fórmulas de tributação internacional, com ênfase em problemas de bitributação. Estuda-se a jurisprudência internacional em matéria de planejamento tributário. A Segurança Tributária. As Limitações Jurídicas Constitucionais Ao Poder De Tributar. A Estrita Legalidade Fiscal. A Certeza E A Boa-Fé. A Verdade Fiscal. A Experiência Tributária Estrangeira E Internacional. A Jurisprudência Tributária. Cortes Administrativas. Cortes Judiciais. Cortes Estrangeiras. Cortes Internacionais.

601087 - DIREITO TRIBUTÁRIO II

Conceito e Definição de Direito Tributário. Tributo. Fontes do Direito Tributário.

Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Normas Gerais de Direito Tributário. Regra Matriz de Incidência Tributária. Crédito Tributário e Lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção da Obrigação Tributária (Crédito Tributário). Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária.

602026 - ÉTICA PROFISSIONAL

Noções Gerais de Deontologia. Ética e Direito. Ética e as Profissões Jurídicas. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina da OAB.

602027 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Petição inicial: Requisitos, Emenda, Aditamento e Indeferimento. Tutelas provisórias. Improcedência Liminar. Audiência de Conciliação ou Mediação. Respostas do réu, espécies e revelia. Providências Preliminares e Saneamento. Julgamento conforme o Estado do Processo. Audiência de Instrução e Julgamento. Provas: Teoria Geral e Provas em Espécie. Sentença e coisa julgada. O processo nos Tribunais: Uniformização de Jurisprudência. Arguição de inconstitucionalidade. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Recursos: Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie. Ação Rescisória

602028 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Noções Gerais. Conceituação. Histórico. Fontes. Princípio. Sistemas processuais. Investigação preparatória. Ação Penal. Jurisdição e competência. Incidentes processuais. Sujeitos processuais. Provas. Prisão e Liberdade provisória.

602029 - DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Citação e intimação. Sentença. Procedimento comum e procedimentos especiais. Juizado Especial Criminal. Tribunal do Júri. Nulidades. Recursos. Súmula Vinculante. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Relações Jurisdicionais com autoridades estrangeiras. Procedimento dos Crimes contra a Economia Popular. Procedimento nos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Procedimento nos crimes de imprensa. Procedimento na Lei 10.409/2002. Interceptação telefônica. Informática ou telemática. Lavagem de Dinheiro. Sigilo Financeiro. Prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Proteção a vítima e testemunha.

602030 - DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Recurso Especial e Extraordinário. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança.

602031 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Processo de execução. Fase de cumprimento de sentença. Das várias espécies de execução.

602032 – ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE CIVIL I

Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados cíveis, com redação de peças e atos processuais e de rotinas processuais. Exames de processos findos. Acompanhamento às audiências e sessões dos Tribunais, visita a órgãos judiciários e outros da área jurídica, seminários e trabalhos simulados. Das práticas profissionais dos diversos operadores do direito. Pesquisa facultativa, consistente na elaboração de trabalho acadêmico desenvolvido, conforme projeto aprovado na forma regulamentar da UEPG.

602033 - ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE CIVIL II

Assistência jurídica à população carente nas áreas cível e trabalhista, prestada no Núcleo de Prática Jurídica, ou de atividade conveniada junto à Defensoria Pública ou outros órgãos jurídicos. Prestação de serviços jurídicos e técnicos de negociação, sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

602034 – ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE PENAL I

Atividades práticas tendo por base processos concretos já concluídos, e relativos à natureza de crimes que envolveram todos os ritos procedimentais, proporcionando ao aluno, um sólido conhecimento de toda tramitação e incidentes ocorridos, com contato efetivo de todas as peças. Redação de peças então conhecidas, sobre hipóteses abstratas. Visitas às sedes dos órgãos repressivos penais, com a finalidade de conhecer o funcionamento prático da persecução penal. Pesquisa facultativa sobre temas da atualidade e polêmicos.

602035 - ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE PENAL II

Atividades voltadas a assistência jurídica penal a população menos favorecida, a ser prestada no Núcleo de Prática Jurídica, ou através de convênios com órgãos públicos, associados ou escritórios credenciados e acompanhados por professores do NPJ. A assistência deverá abranger não somente a fase processual, mas também a inquisitorial e, não somente aos acusados, como também as vítimas. A referida prestação de serviços contemplará tanto a fase de conhecimento quanto a fase de execução da pena.

602036 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL V

Tutela dos direitos mediante procedimentos especiais e diferenciados. Teoria geral dos procedimentos especiais. Principais ações tipificadas no título III da parte especial e dos procedimentos de jurisdição voluntária.

602037 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Oposição à execução forçada e à fase de cumprimento de sentença (resistência do devedor e de terceiros). Tutela inibitória.

602515 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Teoria geral do direito processual civil. Noções fundamentais do Direito processual civil (conceito, histórico fontes e princípios informativos). Jurisdição, processo e ação. Elementos. Sujeitos do Processo. Partes e procuradores. Pluralidade de partes. Intervenção de Terceiros (oposição, nomeação à autoria, denúncia da lide, chamamento ao processo, assistência). Ministério Público. Juizes. Competência. Órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Atos processuais, Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo.

603509 – METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Metodologia da Pesquisa Jurídica, os instrumentos de investigação: referências bibliográficas, a pesquisa bibliográfica (doutrina, legislação e jurisprudência), os fichários. A escolha do tema: escolha da disciplina, a prospecção, o exame das fontes. A elaboração do plano: importância do plano, exegese do plano provisório, o plano definitivo. Redação: estrutura lógica, introdução, desenvolvimento, conclusão. O texto definitivo: o estilo, as citações, as notas de rodapé. Apresentação do trabalho: elementos textuais, elementos pré-textuais, elementos pós-textuais.

603510 - ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso, na forma de monografia, sob a orientação de um docente e com apresentação para banca examinadora.

603511 – DIREITO CIVIL I

Direito Positivo e Direito Natural. Direito e Moral. Direito Objetivo e Subjetivo. Elementos do direito subjetivo. Direito Civil. Importância. História da Codificação. Constitucionalização do direito civil. Sujeito de Direito. Capacidade de fato e de direito. Emancipação. Morte. Direitos da Personalidade. Aspectos jurídicos e psicológicos da dignidade humana. Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens.

603512 - DIREITO CIVIL II

Fato jurídico, ato e negócio jurídico. Inexistência, validade e eficácia do negócio jurídico. Defeito dos negócios jurídicos. Invalidez, nulidade relativa e nulidade absoluta. Os elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. Das provas no negócio jurídico; meios de prova. Dos atos ilícitos: excludentes de ilicitude. Responsabilidade civil extracontratual. Prescrição e decadência. O tempo como fato jurídico, causas impeditivas e suspensivas, causas interruptivas, prazos de prescrição e de decadência, direito intertemporal).

603513 - DIREITO CIVIL III

Direito das obrigações. Origem, evolução histórica. Conceito e modalidades. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações, com e sem pagamento. Do inadimplemento total e relativo. Das perdas e danos. Dano emergente e lucro cessante. Responsabilidade civil contratual. Cláusula penal e Arras.

603514 - DIREITO CIVIL IV

Teoria geral dos contratos. Princípios contratuais. Contrato de compra e venda. Troca ou permuta. Doação. Locação de coisas. Empréstimo. Prestação de serviços. Empreitada. Depósito. Mandato. Transporte de pessoas. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Outras formas contratuais. Atos unilaterais. Responsabilidade civil de correntes da relação contratual.

603516 – DIREITO CIVIL V

Direito das coisas. Notas históricas. Distinção entre direito pessoal e direito real. Teoria Geral da Posse. Natureza jurídica e teorias. Princípios que regulam o direito à posse. Objeto e elementos da posse. Espécies de posse. Efeitos da posse: direito aos frutos e indenização por benfeitorias e o direito de retenção. Tutela da posse. Ações possessórias. Aquisição, conservação e perda da posse.

603517 – DIREITO CIVIL VI

Direitos reais. Propriedade. Evolução histórica, função social. Restrições ao Direito de propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direitos reais sobre coisa alheia. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Habilitação. Direito do Promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Multi propriedade. Tutela da propriedade.

603518 - DIREITO CIVIL VII

Direito das Famílias. Evolução histórica. Princípios aplicáveis. Conceito de família. Novos arranjos familiares. Casamento. Processo habilitação. Direito das Famílias. Evolução histórica. Princípios aplicáveis. Conceito de família. Novos arranjos familiares. Casamento. Processo habilitação. Impedimentos. Celebração e prova do casamento. Invalidez. Efeitos jurídicos e os regimes de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Divórcio. União estável: evolução histórica e tutela constitucional. Direito parental. Relações de parentesco e filiação. Princípios. Direito assistencial. Poder familiar. Tutela e curatela. Alimentos.

603519 - DIREITO CIVIL VIII

Direito das Sucessões: aspectos históricos e principiológicos. Sucessão legítima e ordem de vocação hereditária. Sucessão em linha reta: ascendente e descendente. Sucessão do cônjuge. Concorrência. Sucessão na união estável: distinções. Sucessão colateral. Sucessão do Estado. Sucessão testamentária: espécies de testamento. Disposições testamentárias. Legados. Substituições. Execução e inexecução do testamento. Inventário. Partilha. Colação e Sonegados.

603520 – DIREITO EMPRESARIAL I

Direito Comercial: notas introdutórias e fases históricas. Direito Comercial no Brasil. Código Comercial e o Código Civil. Atos do comércio. Teoria da Empresa. Empresário, elementos para caracterização. Empresário individual e responsabilidade patrimonial. EIRELI e responsabilidade patrimonial. Sociedade simples e sociedade empresária. Estabelecimento. Trespasse. Cláusula de não concorrência. Aviamento. Cessão de Cotas. Proteção do ponto comercial e exceção de retomada. Nome empresarial: princípios, vedações e espécies. Livros comerciais.

603521 – DIREITO EMPRESARIAL II

Sociedades empresariais em espécie: Sociedades em nome coletivo. Sociedades em comandita simples. Sociedades em conta de participação. Sociedades limitadas. Dissolução das sociedades contratuais. Sociedades coligadas e controladas. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedades dependentes de autorização. Nacionalidade das sociedades. Sociedades por Ações. Sociedade anônima: características estruturais e funções econômicas. Companhias abertas e fechadas. A sociedade anônima e o mercado de capitais. Sociedade anônima: constituição. Formação do capital social. Espécies e classes de ações. Outros títulos das SAs: as partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição e comercial papers. Direitos e deveres de acionistas. Deliberações sociais: assembleias gerais e especiais. Administração. Conselho fiscal. Aumento e redução do capital social. Lucros sociais e sua distribuição. Negócios sobre o controle acionário. Sociedade anônima: dissolução e liquidação. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Os grupos societários: coligação e controle, participação recíproca, responsabilidades administrativas, demonstrações financeiras, subsidiária integral. Os grupos societários convencionais: grupo de subordinação, o consórcio. As sociedades em comanditas por ações. Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda empresarial. Contratos de cooperação empresarial: Comissão, representação, concessão, franquia, distribuição, transferência de tecnologia. Contratos bancários: Mútuo, desconto, abertura de crédito, crédito documentário. Contratos bancários impróprios: Alienação fiduciária em garantia, faturização, arrendamento mercantil, cartão de crédito. Contratos de seguro.

603522 - DIREITO DO TRABALHO I

Normas e princípios fundamentais. Histórico da relação de trabalho. Relações jurídicas concernentes ao direito individual do trabalho.

603524 - DIREITO DO TRABALHO II

Teoria geral do Direito Coletivo do Trabalho. Organização sindical brasileira. Negociação coletiva trabalhista. Direito de greve. Formas de solução dos conflitos coletivos. Fundamentos de direito intencional do trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Convenções e recomendações da OIT. Livre circulação de trabalhadores e MERCOSUL.

603525 - DIREITO DO TRABALHO III

Mecanismos de solução de conflitos trabalhistas. Jurisdição Trabalhista. A Justiça do Trabalho: órgãos, histórico e composição. Competência da Justiça do Trabalho. As Ações Trabalhistas e a Prescrição. Ações Trabalhistas: elementos e princípios. Ritos Processuais: ordinário, sumaríssimo e de alçada. As partes no Processo do Trabalho. Petição Inicial: elementos, requisitos e processamento. Resposta do Réu: contestação, reconvenção e exceções. Audiência Trabalhista. Provas. Sentença Trabalhista. Recursos Trabalhistas. Execução no Processo do Trabalho.

603526 - DIREITO EMPRESARIAL III

Títulos de crédito: crédito; cambiabilidade; obrigações representáveis; definição legal. Títulos de Crédito: princípios gerais do Direito Cambiário; classificação dos títulos de crédito; requisitos; emissão; transferência; aval; adimplemento e inadimplemento. Letra de câmbio: aspectos gerais; características; regime legal; requisitos legais; prescrição. Nota promissória: noção; características; regime legal; requisitos legais; prescrição. Cheque: conceito; pressupostos de emissão; requisitos; circulação; modalidades de cheques; prescrição. Duplicatas: Causalidade; aceite; exigibilidade; espécies. Títulos de Crédito Impróprios: modalidades; características.

603527 - DIREITO EMPRESARIAL IV

Recuperação judicial e extrajudicial de empresas: Noções gerais. Caracterização. Processamento da Recuperação judicial. Plano de recuperação. Efeitos quanto aos direitos dos credores, aos bens e a pessoa do empresário, e aos contratos. Processo da recuperação judicial e extrajudicial. Falência: noções gerais. Caracterização. Processo da falência. Declaração da falência. Efeitos quanto aos direitos dos credores, aos bens e a pessoa do falido, e às obrigações. Ação revogatória. Administração da falência. Arrecadação, pedido de restituição e embargos de terceiros. Habilitação e classificação dos créditos. Liquidação e pagamento de credores. Crimes falimentares: inquéritos e tipificação. Extinção das obrigações.

603528 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Noções básicas. Objeto do Direito Internacional Privado. Retrospecto Histórico do Direito Internacional Privado. Fontes de Direito Internacional Privado. Condição Jurídica do Estrangeiro. Vistos – conceito, espécies, naturalização. Competência Internacional e Objetos de Conexão. Elementos de conexão. Ordem Pública, Fraude à Lei, Reenvio, Retorno, Devolução ou Remissão, Questão Prévia, Direitos Adquiridos. Sistema de homologação de sentença, Reconhecimento de Sentença Estrangeira. Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil. Direito Processual Civil Internacional – Litispêndência Internacional, Caução de Processo, Capacidade Processual da Parte, Assistência Judiciária Gratuita, Regime Jurídico dos Documentos de Procedência Estrangeira.

603529 - DIREITO URBANÍSTICO

Conceito e Princípios Vetores. O Estatuto da Cidade como Disciplina da Vida no Perímetro Urbano e melhoria de suas condições. Função Social da Propriedade e Instrumentos para a sua Efetivação. Instrumentos Tributários do Urbanismo. Direito Urbanístico e Participação Popular.

603530 – DIREITO IMOBILIÁRIO

Princípios e Sistemas Registrais. Retificação de Registro Imobiliário. Dúvida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário.

603531 - MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Estudo e análise de métodos alternativos de resolução de disputas com a arbitragem, a mediação e a negociação. Aplicação da Lei 9.307/96 por intermédio de estudo. Noções de Psicologia da Relações Humanas.

603532 - DIREITO AMBIENTAL

Propedêutica do Direito Ambiental. As diversas concepções de meio ambiente. As vertentes do pensamento ambientalista. Correntes filosóficas antropocêntricas e biocêntricas; Orientações ideológicas decorrentes; Histórico do tratamento jurídico do ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo/72, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92; Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável na África do Sul – Rio+10. Autonomia, fontes e a interdisciplinaridade do Direito Ambiental Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Processual; Direito Internacional; Direito Urbanístico; Direito Tributário; Direito do Trabalho e da Seguridade Social; Direito Civil; Direito Econômico; Direito Penal; Os princípios estruturantes do Direito Ambiental. Princípio da prevenção, da precaução, da cooperação, da informação, da participação, do poluidor-pagador, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade, da soberania sobre os recursos naturais; Tratamento Constitucional. Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas, conflitos). Ordem econômica e meio ambiente (livre iniciativa, direito de propriedade e função social). O capítulo do meio ambiente (o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem jurídico e direito subjetivo, deveres do poder público e da sociedade, tríplice responsabilização por dano ambiental). Bens Ambientais: Legislação Específica. Direitos difusos e bens ambientais. Fauna. Flora. Biodiversidade. Recursos hídricos. Tutela ambiental.

FLUXOGRAMA - CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

1ª Série		Teoria Geral do Estado e Ciência Política	História do Direito	Metodologia da Pesquisa Jurídica	Psicologia Jurídica	Introdução ao estudo do Direito	Direito Constitucional I	Direito Civil I	Direito Civil II	Economia Política							
680	20	601057 102 3	601058 68 2	603509 68 2	501604 51 0	601060 136 4	601061 68 2	603511 68 0	603512 68 0	404535 51 3							
	20																
2ª Série		Ciências Sociais e Direito	Direito Internacional Público	Direito Civil III	Direito Civil IV	Direito Constitucional II	Direito Penal I	Direito Processual Civil I	Disciplina de Diversificação								
731	20	501603 68 2	601062 68 2	603513 68 4	603514 68 0	601063 136 4	601064 136 4	602515 136 4	51 0								
	23								3								
3ª Série		Direito Administrativo I	Direito Administrativo II	Direito Civil V	Direito Civil VI	Direito Processual Civil II	Direito Processual Penal I	Direito Processual Penal II	Direito Penal II	Disciplina de Diversificação							
731	20	601065 68 4	601066 68 0	603516 68 4	603517 68 0	602027 136 4	602028 68 4	602029 68 0	601067 136 4	51 0							
	23									3							
4ª Série		Filosofia do Direito	Direito Civil VII	Direito Civil VIII	Direito Empresarial I	Direito Empresarial II	Direito do Trabalho I	Direito Processual Penal III	Direito Tributário I	Direito Tributário II	Disciplina de Diversificação	Direito Processual Civil III	Estágio de prática forense Civil I	Estágio de prática forense Penal I			
901	20	601059 102 3	603518 68 4	603519 68 0	603520 68 4	603521 34 0	603522 102 3	602030 34 2	601068 68 4	601087 68 0	51 0	602031 68 0	602032 102 3	602034 68 2			
	23										3		3	2			
5ª Série		Orientação de Conclusão de Curso	Ética Profissional	Direito do Trabalho II	Direito do Trabalho III	Direito Empresarial III	Direito Empresarial IV	Direitos Humanos	Direito Constitucional III	Direito e Segurança Social	Direito Internacional Privado	Direito Tributário III	Direito Processual Civil IV	Disciplina de Diversificação	Estágio de prática forense Civil II	Estágio de prática forense Penal II	
833	20	603510 34 2	602026 51 0	603524 68 4	603525 68 0	603526 34 2	603527 68 0	601069 68 4	601070 34 0	601071 51 0	603528 51 0	601072 51 3	602037 34 2	51 3	602033 102 3	602035 68 2	
	19													0	3	2	
Disciplinas Formação Básica		Disciplinas Form. Espec. Profissional		Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento		Atividades Complementares		Estágio Curricular		TOTAL		Disciplinas a Distância					
561		2771		204		250		340		4126		0					
1ª Série		CHA - Carga horária Anual da série		Nome da Disciplina		COD. - Código da disciplina											
CHA		CHS-1ºS		COD.		CH		CH - Carga horária da disciplina									
		CHS-1ºS - Carga horária semanal no 1º semestre		CHS-1ºS		CHS-1ºS		CHS-1ºS - Carga horária semanal da disciplina no 1º sem.									
		CHS-2ºS		CHS-2ºS		CHS-2ºS		CHS-2ºS - Carga horária semanal da disciplina no 2º sem.									

Em vigor a partir do ano letivo de 2017 (Resolução CEPE nº 039/2016)